

*Instituto Caboverdeano de Menores  
CCS/SIDA*

*Diagnóstico da Situação de Vulnerabilidade das  
Crianças em Situação de Rua  
Face às IST / VIH / SIDA*

CONSULTORES:

José Carlos Gomes dos Anjos

José Carlos Moniz Varela

CABO VERDE, Janeiro/Fevereiro 2005

1. O QUADRO SOCIO-ECONÓMICO DA INFÂNCIA NAS CLASSES POPULARES	7
2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO	10
2.1 OBJECTIVOS DA PESQUISA	10
2.2 CONCEITUAÇÕES	10
2.3 METODOLOGIA	23
2.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	26
3. TERRITORIALIZAÇÃO	27
4. RELAÇÕES FAMILIARES E INTERPESSOAIS	35
5. SOBREVIVÊNCIA	45
6. SEXUALIDADE, IDENTIDADE E VIOLÊNCIA	53
7. A VULNERABILIDADE AO SIDA	60
7.1 TURISMO SEXUAL INFANTICIDA: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA NACIONAL.	60
8. CARTOGRAFIA INSTITUCIONAL	69
9- RECOMENDAÇÕES	81

## **Introdução**

Não é infundada a impressão comum de que além de estar a se agravar a situação de vulnerabilidade das crianças de rua, crescem as modalidades e a proporção da expulsão da infância do seio da família e da comunidade local. Tal preocupação, em grande medida confirmada nesta pesquisa, carecia, contudo de bases científicas que pudessem informar as estimativas e delinear estratégias de acção para a erradicação do fenómeno.

Este estudo emana da perspectiva sagaz de duas instituições particularmente sensíveis ao alastramento de riscos sociais de grande vulto que possam atingir segmentos populacionais vulneráveis da sociedade cabo-verdiana. O Instituto Cabo-verdiano de Menores (ICM) em sua preocupação com esse sujeito cujos direitos ainda não foram resgatados que são as crianças em situação de rua, previu neste segmento uma possível exposição ao maior risco do fim do século que é a propagação da epidemia da SIDA. Por sua vez, o CCS-SIDA, em sua predisposição a antecipar-se a possíveis focos de maior vulnerabilidade à epidemia, agregou-se a preocupação do ICM, criando as condições infraestruturais para a realização da pesquisa.

Dado o agravamento da situação socioeconómica das famílias de grande parte do segmento infanto-juvenil e o crescimento da taxa de incidência da SIDA em Cabo Verde, se impunha que se realizasse um estudo que pudesse estabelecer as bases cognitivas para a formulação de políticas públicas voltadas aos direitos de crianças e adolescentes e contribuir para o fortalecimento da capacidade nacional de resposta à epidemia, no que tange a esse segmento específico.

Do cruzamento dessas duas perspectivas de intervenção política emergiu um ângulo especialmente lúcido de construção dos contornos desta pesquisa. A imprecisão na definição desse segmento populacional que são as crianças em situação de rua, comum na literatura sobre o tema, ficou em larga medida iluminada por esse ângulo de pesquisa que emerge do encontro da problemática da vulnerabilidade à SIDA e da questão da exposição aos riscos de rua. Foi emergindo com nitidez o carácter estrutural da vulnerabilidade a que crianças e adolescentes estão sujeitos, expulsos do sistema de educação, expostos à exploração do trabalho, à exploração sexual, à violência intra e extra familiar e à tóxico-

dependência. A problemática da exposição à SIDA fez emergir o núcleo central da vulnerabilidade sistemática à que esse segmento está submetido na socialização de rua: são crianças em situação de rua todas àquelas cujos riscos estão substancialmente aumentados pela exposição a interações quotidianas com universos de adultos que lhes são completamente estranhos e sem a vigilância protectora dos responsáveis por sua infância. Nas ruas, as crianças estão expostas aos circuitos de economias informais altamente selvagens dominadas por adultos em actuações conflituosas com a ordem legal. Seja pelo tráfico de drogas, pelo turismo sexual ou pela economia libidinal de rua, nos interstícios desses circuitos, às crianças de rua estão expostas à SIDA.

Pelo fato do Instituto Cabo-verdiano de Menores (ICM) ter disponibilizado quadros técnicos e equipamentos para ajudarem na realização dessa pesquisa e pela monitorização cuidadosa das demais infra-estruturas necessárias à pesquisa, da parte do CCS-SIDA, foi possível no curto período de tempo de um mês, a criação de um banco de dados e o cadastramento de todas as crianças em situação de rua nos principais concelhos do país, especificamente nos concelhos da Praia, Mindelo, Santa Catarina, Santa Cruz, Tarrafal e Sal.

Com essas duas bases se delinea a possibilidade deste estudo sócio-antropológico (e muitos outros possíveis sobre a mesma base de dados) e de um seguimento clínico de cada um dos casos de crianças e adolescentes em situação de rua. Criam-se assim as bases cognitivas para um enfrentamento instruído da problemática das crianças e adolescentes em situação de rua em Cabo Verde.

Este estudo nos permitiu recensear, conhecer os “modos de vida” e as representações que correspondem ao “mundo social” da população infanto-juvenil em situação de rua nos concelhos acima referidos, bem como identificar o perfil socioeconómico e cultural dessa população; mapear os locais utilizados por essa população; identificar estratégias de sobrevivência e de sociabilidade; estudar as representações socioculturais, os desejos, as demandas e a percepção desta população; analisar a dinâmica das relações dessa população com as instituições que de algum modo estão em relação ou adoptam a missão de intervenção nessa situação de rua.

Foi decisiva a cooperação de uma parte dos técnicos do ICM dos concelhos relacionados na pesquisa que formaram a Equipe de Apoio Local, sem a qual o trabalho não

teria sido viabilizado com a mesma eficiência.

Este estudo se dispõe em nove secções: na **primeira** secção tecemos um enquadramento da problemática no quadro mais geral da situação socio-económica do país e no quadro específico dos indicadores relativos à infância e à epidemia do SIDA. Deriva das análises empreendidas nessa secção a demonstração de que a problemática das crianças e adolescentes em situação de rua é, mais do que consequência de problemas familiares, uma questão de dívida social para com um segmento submetido aos efeitos das crescentes desigualdades sociais no país.

A **segunda secção** delinea os contornos metodológicos do estudo em vista dos objectivos propostos pelas duas instituições. Confrontamos nessa secção o conceito de criança de rua operacionalizado na pesquisa com as discussões mais recentes da literatura internacional. Sugerimos nessa secção que uma definição de crianças e adolescentes em situação de rua adequada à realidade cabo-verdiana considere dois tipos diferentes de territórios: as esquinas de concentração de crianças nos bairros periféricos e as ruas dos centros mais urbanizados. No primeiro caso, da periferia, trata-se de crianças **na rua**, um segmento relativamente pequeno no interior de uma sociabilidade juvenil de rua típica das classes populares cabo-verdianas. Já nos centros das cidades da Praia, Mindelo e nas ruas de Santa Maria, encontramos crianças que circunstancialmente podem ser caracterizadas com sendo **de rua**, um universo ainda menor de crianças. A soma desses dois segmentos constitui o universo das crianças e adolescentes em situação de rua.

Da **terceira à quinta secção** exploramos os dados dos questionários, das entrevistas e da observação participante, numa etnografia do mundo das crianças em situação de rua, em suas dimensões territoriais, das relações familiares e das estratégias de sobrevivência.

Dedicamos as **secções seis e sete** à vulnerabilidade das crianças face às IST / VIH / SIDA. Trata-se do núcleo duro deste trabalho, com uma dimensão de denúncia de uma situação ainda pouco discutida em esferas públicas suficientemente decisivas para a gravidade do fenómeno. Fica nessas secções explícita a dimensão moral e de segurança nacional da gravidade da forma como as crianças em situação de rua estão em Cabo Verde expostas. Que a vulnerabilidade desse segmento da infância cabo-verdiana à SIDA seja também uma questão de segurança nacional basta levar-se em conta a situação de vários da África Oriental cuja problemática mais trágica hoje é a da possibilidade de inviabilização

da reprodução de sua população. A forma como as crianças em situação de rua estão expostas ao turismo e à exploração sexual em Cabo Verde é, nessas duas secções, denunciada como modalidade de infanticídio por omissão.

A **secção oito** apresenta a cartografia das instituições que se propõem em trabalhar com crianças em situação de rua e prepara uma conclusão na **secção nove** na forma de um conjunto de onze recomendações gerais.

## 1. O quadro socio-económico da infância nas classes populares

Para explicar em que condições vivem as crianças em situação de rua será necessário remeter o tema aos indicadores sociais que possibilitam a formação de um quadro da actual situação socio-económica do país.

Nas últimas décadas tem se intensificado o quadro de pauperização de importantes segmentos da população cabo-verdiana. De acordo com o perfil da pobreza, produzido a partir dos dados do IDRF, realizado em 2001/02, é pobre o indivíduo que tem uma despesa anual de consumo igual ou inferior a 43.250 escudos e muito pobre quem tenha uma despesa anual de consumo igual ou inferior a 28.833 escudos. Com base nisso, considera-se que 37% da população cabo-verdiana é pobre. Apesar de 70% dos pobres estarem a residir nas zonas rurais, deve-se atentar para o fato é nas áreas urbanas que a pobreza atinge sua maior gravidade e intensidade. E, do total de pobres do país, 54% são muito pobres, o que corresponde a 20% da população (INE, 2002).

O nível salarial, entre outros factores, é um reflexo do estágio de sobrevivência que atinge as classes mais desfavorecidas do país. Em face dos altos índices de pobreza assinalados, uma parte considerável da população está obrigada a viver constantemente em estado de alerta, buscando cada vez mais estratégias fundadas na urgência que a pressão por recursos materiais impõe. Discutimos adiante como sob tais pressões amplos domínios das interacções cotidianas sobre as quais pesam graves riscos ficam a descoberto de uma postura reflexiva. É sob essas estratégias fundadas na urgência da busca de recursos de sobrevivência que crianças muito novas são encaminhadas às ruas pelos pais em busca de complemento para a renda familiar.

*O que se observa é a existência de um círculo de poucas oportunidades, onde se reproduzem as mesmas condições precárias de sobrevivência representadas por um modelo não estático porém repetitivo, cujo esquema assim se apresenta: pais inseridos em ocupação de baixa remuneração, filhos que desenvolvem actividades não qualificadas com possibilidades de ganhos mínimos e sem oportunidades de adquirir formação escolar para desenvolver-se, geram adultos que farão parte da força de trabalho de reserva com tendência a realizar serviços mal remunerados. (Oliveira, 1989: 24).*

A mesma pressão que dificulta a escolarização dos filhos reaparece no domínio da sexualidade configurando um *ethos* da precocidade e da urgência, típicos de um estilo de vida em que não há distância reflexiva com relação às demandas da sobrevivência. Em um cenário de desigualdades sociais crescentes, em que a ostentação consumista convive com carências em alimentação, habitação e vestuário, tudo o que pode ser ostentado como signo de uma juventude bem sucedida, se transforma em bens de necessidade básica, inclusive o sexo predatório, o consumo de drogas e cultura do corpo modelado.

Quanto às jovens-meninas de classe popular, pressionadas pela urgência da chegada à vida adulta, geram filhos antes de seus parceiros terem as condições socioeconômicas e a maturidade psico-cultural para assumi-los plenamente e acabam constituindo famílias em que elas estão sobrecarregadas dos encargos de educação. É assim que a gravidez precoce, a constituição de famílias chefiadas por mulheres, a indisposição de grande parte dos jovens-rapazes em assumirem responsabilidades pelos filhos gerados, contribuem para aprofundar o círculo vicioso da pobreza.

Embora a pobreza esteja (igualmente, proporcionalmente ou outra alternativa) repartida entre os homens e as mulheres, a camada feminina é, todavia, o segmento populacional que mais sofre os efeitos decorrentes do subdesenvolvimento. Note-se que 53% dos agregados familiares são dirigidos por mulheres, sendo estas, geralmente, quem assegura o sustento dos filhos e, muitas vezes, de outros dependentes – netos, sobrinhos, etc. Além do mais, 250 crianças são chefes de agregados familiares (0,1%), e 471 são cônjuges do chefe (0,2%), sobretudo do sexo feminino, e 4.814 não possuem qualquer laço de parentesco com o chefe (2,3%) (INE,2002).

Sobrecarregadas no processo de educação dos filhos, estão as mulheres ainda discriminadas no acesso ao mercado de trabalho. É a mulher quem mais sofre em termos de emprego e desemprego. Enquanto o número de homens empregados é de 72 mil, o das mulheres empregadas é de 58 mil. A nível do desemprego as mulheres são 19 mil e os homens desempregados 17 mil.

Os dados mostram, ainda, que a população pobre é no geral, muito jovem, isto é, 49% dos pobres têm menos de 15 anos. O índice aumenta para 51% quando se verifica que a grande pobreza se encontra na população com menos de 15 anos.

Sendo a pobreza em larga medida feminina e juvenil e estando os mais jovens e mais pobres na sua maioria residindo em famílias chefiadas por mulheres, se pode compreender que o fenómeno das crianças em situação de rua tenha fundamentalmente raízes nessas características do perfil da pobreza em Cabo Verde. Grosso modo se poderia dizer que a pobreza e a irresponsabilidade paterna são as duas bases sociológicas do processo que leva crianças e adolescentes às ruas em busca de recursos de sobrevivência.

## **2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO**

### **2.1 Objectivos da pesquisa**

O ponto de partida para a pesquisa foram os objectivos contidos nos termos de referência do estudo, com vista à obtenção de dados significativos para a concepção e planificação de intervenções junto das crianças em situação de rua (ou outra frase para efeitos de contextualização):

- (a) Obter dados actualizados quanto à dimensão do fenómeno das crianças em situação de rua em Cabo Verde.
- (b) Estabelecer um perfil sócio-demográfico e familiar das crianças em situação de rua.
- (c) Conhecer a situação de vulnerabilidade ao VIH / SIDA a que se encontram expostas as crianças em situação de rua, nomeadamente no que diz respeito a costumes, padrões de organização social e relações sociais, problemas concomitantes (ex. promiscuidade, exploração sexual, uso de álcool / drogas, conflito com a lei, etc.), salientando os aspectos que podem contribuir para aumentar a transmissão do VIH e também levar a respostas de prevenção mais eficazes.
- (d) Conhecer o nível de informação, atitudes, comportamentos, valores e crenças que as crianças em situação de rua apresentam em relação ao VIH / SIDA.
- (e) Delinear as grandes linhas de intervenção junto deste público-alvo, que permitam dar resposta eficaz às necessidades de prevenção identificadas, nomeadamente no âmbito da luta contra a SIDA, de acordo com os dados obtidos.

### **2.2 Conceituações**

#### *2.2.1. Resenha dos estudos mais recentes*

A revisão bibliográfica permite apreender um movimento constante de renovação conceptual que é o correlato das mudanças das filosofias políticas que fundamentam as agendas do Estado, de instituições filantrópicas e de Organizações Não Governamentais. A cada renovação os limites e as pré-noções inerentes às denominações anteriores são denunciadas de modo a se legitimar na história social das categorias utilizadas, as

motivações para um novo enquadramento desse segmento. Até a década de 70 e 80 se justificavam rotulações como a de “menor abandonado” ou mesmo a de “menor infractor”. Identificado por sua condição de desvio e marginalidade, no modo de se enquadrar essa população, os sistemas repressivos e filantrópicos manifestavam a superfície irritada do contacto do conjunto dos sistemas sociais com a sua parte excluída. Estava em jogo a busca de mecanismos de controlo por parte dos órgãos policiais e da justiça e das acções institucionais de caridade e benevolência. A década de 90 do século passado assistiu em alguns países a transição do termo “menor infractor” ao de “criança em situação de rua” que expressa uma mudança no foco da culpabilização, em que em lugar de se apontar em riste ao adolescente “perigoso”, passa-se a visualizar uma situação estrutural de exclusão socioeconómica sistemática de um contingente significativo da população global. Mais do que isso, a se passa a enquadrar a rua como lugar de culturas específicas e se demanda sobre a situação das crianças nessas circunstâncias desde o prisma de são sujeitos de direitos não exactamente equacionados.

O estudo realizado pelo Centro Latino-americano de Estudos de Violência e Saúde, em 1992, é contundente em demonstrar que a denominação “Meninos e meninas de rua” é tão inadequada quanto outras anteriormente correntes nos meios oficiais, tais como crianças desamparadas, infância desvalida, menores delinquentes. A expressão é inadequada porque a rua não é o lugar originário dessas crianças. São filhos de famílias trabalhadoras, expropriadas que a necessidade seja material, seja de afecto e protecção, impelem para a rua. Essa desconstrução do conceito de meninos de rua baseia-se nos resultados de um número consistente de estudos que demonstram que o fenómeno das crianças em situação de rua é o resultado de processos brutais de concentração de renda.

Define-se a “situação de rua” como o uso do espaço da rua ocupado por crianças e adolescentes como local privilegiado de vivência, seja através de actividades de subsistência, lazer e ou moradia, independentemente da existência de outros vínculos, sejam eles familiares ou escolares. De modo a se evitar a reificação estigmatizante da categoria “de rua”, se adopta nesse trabalho, a perspectiva de Adorno (1996) de que crianças e adolescentes em situação de rua são crianças e “jovens em trânsito pelas ruas” e a rua como um circuito de sociabilidade específico. Parte-se aqui da denúncia ao fato de que a conjugação de categorias como meninos de rua, menores infractores, menores

institucionalizados, leva a pressuposição leviana de que estão em situação irregular todas as crianças que estão na rua.

Dentre os desenhos de pesquisa realizados com sucesso nos anos recentes e que se assemelham ao que aqui propomos, verifica-se que o mapeamento passa a ser uma etapa fundamental de aproximação à realidade das crianças em situação de rua, permitindo identificar os locais de concentração de crianças e adolescentes, viabilizando contagens, a apreensão das suas actividades, modos de vida, etc... Nos estudos mais recentes realizados no Brasil, parte-se da divisão da cidade em sectores, nos quais circulam as equipas de pesquisadores (Nunes, 2000; Santos et alii 1998; Malta, 1994; Vasconcelos, 1992; Rosemberg, 1994). Os sectores são definidos com base nos pontos de circulação e permanência das crianças e os roteiros definidos controlam a possibilidade da recontagem, incluindo corredores de circulação num mesmo sector (Rosemberg, 1994). Atenção especial é dedicada à observação dos vários turnos do dia (manhã, tarde e noite, cobrindo as vinte e quatro horas), permitindo evidenciar uma relação entre os locais identificados às crianças e suas actividades no momento da observação (Nunes, 2000; Malta, 1994). Existe uma clara correlação entre a actividade das crianças na rua, grau de incidência do fenómeno e turno. Assim se revelou que a categoria “trabalhando” concentra o maior número de crianças e, sobretudo no turno da manhã. A contagem na madrugada, de crianças que foram encontradas dormindo, permitiu uma maior nitidez na demarcação dos dois segmentos: crianças na rua e crianças de rua (Rosemberg, 1994). Os resultados assim obtidos têm permitido questionar uma série de pré-noções tais como a existência de um número imensamente grande de crianças de rua nas grandes cidades brasileiras, que as crianças e adolescentes em situação de rua estejam predominantemente envolvida em actividades infractoras e que as famílias pobres tendem ao abandono, ao descuido dos filhos e, portanto à anomia (Rosemberg, 1994).

A composição da equipa de contagem é outro ponto metodológico facilitador, com o recurso privilegiado a equipas formadas por elementos com várias valências, tais como educadores sociais de rua e técnicos que trabalham directamente com as crianças / adolescentes em situação de rua, ou ainda entrevistadores profissionais coadjuvados por meninos de rua, apoiados por supervisores (Santos et alii 1998; Vasconcelos, 1992). Os vários elementos da equipa assumem funções distintas, tais como o preenchimento da

planilha, controlo da contagem dos meninos, etc. (Malta, 1994).

No caso do estudo coordenado por Lescher et alli (1998), utilizou-se técnicas etnográficas no mapeamento das crianças e adolescentes em situação de risco. A preparação para a utilização da observação participante e do diário de campo exigiram um intenso debate sobre o “olhar do observador”. O resultado dessa preparação foi um processo em que os educadores de rua, envolvidos na pesquisa, aprenderam a desconstruir suas formas habituais de ver o mundo de modo a “desnaturalizar” o olhar institucional. Está em jogo aqui deslocar a “óptica da instituição” para que assuma a “óptica da rua”, o que leva a descoberta de códigos e de uma estética da rua que configura uma identidade em interação. O texto ressalta o papel activo da criança que participa da construção da imagem da “criança perigosa” ou do “coitadinho abandonado”. Na maneira de se portar e de se vestir, o adolescente activamente constrói um código de reconhecimento enquanto “menino de rua” que seduz a aproximação de instituições. A própria produção de “histórias de vida” aparece como elemento dessa estética da rua, em que está em jogo preservar a verdadeira identidade fazendo um discurso de fachada, carregado de evasivas, versões contraditórias, adopção superficial e falsamente moralizante dos discursos das instituições que lidam com a problemática. Na segunda parte desse mesmo estudo aplica-se um questionário aberto nas instituições de acolhimento de crianças e adolescentes que fazem o uso de drogas.

Alguns estudos optam por centrar o foco da colecta de dados nas famílias dessas crianças em situação de rua visando explicitar as condições gerais de produção e reprodução do fenómeno. Este é o caso do estudo conduzido pela Fiocruz (1992). O estudo inicia com uma análise de informações globais sobre distribuição de renda e pobreza. Essa parte do estudo demonstra que, no Brasil, são as famílias chefiadas por mulheres as que mais sofrem as consequências da pobreza, assim como a faixa etária mais atingida é a de crianças e adolescentes de até 17 anos. Em seguida analisam-se os dados de 63 entrevistas com famílias de cinco capitais brasileiras. As estatísticas sobre o perfil de género da pobreza justificaram a preponderância das mães de família (73%) dentre os entrevistados.

Rosemberg (1994), em linha de argumentação e metodologia similar, demonstra o equívoco em associar-se inexoravelmente a pobreza ao abandono de crianças. O artigo discute os pressupostos de um grande número de estimativas desenvolvidas ao longo dos

anos 80 que inflacionaram o número de crianças e adolescentes que sobrevivem nas ruas da metrópole. Tais pressupostos associam família pobre e exclusão, abandono e desligamento de seus filhos. Esse pressuposto estigmatizante embasa procedimentos de contagem que não levam em conta a dimensão temporal do “estar em situação de rua” enquanto dimensão não definitiva para muitas dessas crianças e que resulta da intercessão entre as necessidades de tais crianças e adolescentes e o que o espaço público oferece para satisfazê-las. Em seguida o artigo demonstra as incoerências dos conceitos de criança de rua e na rua e adopta o de crianças em situação de rua.

Estudos de natureza qualitativa e outros de teor quantitativos têm se reforçado mutuamente em alguns pontos-chave quanto à problemática das crianças em situação de rua. Um dos pontos de debate no qual se tem gerado algum consenso nos últimos anos é quanto a vontade das crianças de permanecerem na rua. Em um estudo qualitativo Ribeiro (2003), é enfática em romper com os relatos que fazem crer que as crianças estão na rua por vontade própria. Na realidade, para elas, a rua é uma alternativa em função de uma situação circunstancial e de suas condições de vida. Mesmo quando as crianças buscam a rua para ter liberdade e diversão, essa escolha resulta das restritas possibilidades que encontram para integrarem-se ou manterem-se em actividades escolares ou desportivas. Ribeiro (2003) enfatiza o quanto à liberdade que a rua possibilita é relativa. Essa liberdade relativa se apresenta em meio às poucas possibilidades de escolhas que essas crianças de fato têm e da limitação em satisfazerem suas vontades ou buscarem realizações. Ainda a opção pela rua só representa, num determinado momento, tudo o que nunca tiveram, não só a liberdade, mas também o acesso quase que directo aos benefícios da cidade (Medeiros, 1998).

Sobre o consumo de drogas entre crianças em situação de rua faz-se registrar o trabalho de Lescher, Auro et alli (1998), pelo seu carácter simultâneo de estudo e intervenção. Com um carácter fortemente etnográfico e um intenso envolvimento dos educadores de rua, o objectivo do mapeamento realizado com esse estudo, era subsidiar o aprimoramento da prevenção do consumo de drogas entre crianças em situação de rua.

A maior parte dos estudos realizados nos grandes centros urbanos brasileiros sobre a temática das crianças em situação de rua têm destacado alguns resultados similares que podem estar sendo confrontados neste estudo em Cabo Verde: (a) predominância de crianças e adolescentes do sexo masculino (em torno de 90% do total); (b) variação de

idade entre 7 e 17 anos, com maior concentração na faixa de 11 a 14; (c) grande número de vendedores ambulantes, seguidos de guardadores e lavadores de carro, engraxates e carregadores de feira; e (d) existência de uma parcela desses menores, embora francamente minoritária, que recorre, esporádica ou sistematicamente, a actividades marginais que incluem tanto a mendicância como diversas formas de infracção (roubo, furto, consumo de drogas e prostituição, entre outras).

Confirmando tese da forte similaridade das condições sociais de existência das crianças na rua e de rua, a pesquisa realizada em Goiânia (Carvalho, 1991) evidenciou um mesmo grau de vulnerabilidade para os dois segmentos. Ausentes de casa durante longos períodos do dia, crianças e adolescentes que trabalham nos bairros centrais da cidade passam a gozar de uma liberdade propiciada pela falta de orientação, de controlo e de protecção que são funções usuais dos adultos em famílias não-marginalizadas. A maioria das crianças e adolescentes trabalhadores entrevistada (80%) alegou que suas famílias desconhecem seu quotidiano nas ruas, por desinteresse, falta de diálogo ou de confiança mútua. À parte os educadores sociais de rua que acompanham as crianças e eventuais pesquisadores, os problemas e dilemas da criança / adolescente em estratégia de sobrevivência na rua são confidenciados sobretudo ao grupo de pares. Informações sobre o espaço da cidade, os locais de trabalho e lazer, as habilidades necessárias para o desempenho das actividades de sobrevivência, as formas de maximização do ganho, a identificação de restaurantes, lanchonetes e cinemas que podem ser frequentados são trocadas, aprendidas e experimentadas entre crianças e adolescentes o que significa que parte importante de sua socialização se dá fora do âmbito da família e da casa.

Com relação às meninas de rua, há um menor número de estudo, porém alguns resultados tendem também a se consolidar. Em primeiro lugar destaca-se o fato de não são crianças sem família e nem mesmo abandonadas. Vão à rua porque se constituem no elo mais frágil de uma estrutura familiar em desagregação sob o efeito da miséria. É o que aponta o estudo “Meninas de rua do recife: dimensão, trajectória e sobrevivência”, citado acima. Geralmente a figura paterna é ausente ou completamente desconhecida. A figura da mãe tende a ser a do sustentáculo da pseudo-estrutura familiar. Contudo o perfil dessas mães é o de mulheres esmagadas pelos efeitos da miséria, esmagamento esse cujo sintoma mais visível é o alcoolismo. A trajectória da menina na rua obedece a uma carreira quase

padronizada que vai da esmola, ao roubo, do roubo à prostituição. Contudo a maior parte delas não reconhece esta última actividade como uma profissão, mas como um recurso transitório. Apesar de revelarem muito medo das IST e, particularmente da AIDS, não é comum o uso de preservativo por não poderem se impor aos seus clientes.

### 2.2.2. Definição de conceitos

Para os efeitos desta análise consideramos quatro categorias de situações de rua em que as crianças cabo-verdianas podem ser encontradas: 1) enquanto crianças inseridas em territórios protegidos em seus bairros de origem (não são crianças em situação de rua embora possam ser encontradas em grupos de convivência pelas ruas dos bairros periféricos); 2) crianças em situação de rua em seus bairros de origem (estão em situação de rua embora não se desloquem para muito longe de seus locais de moradia); 3) crianças em situação de rua constituindo territórios em espaços nobres ou de intenção circulação de bens e pessoas de classes superiores (moram parcial ou permanentemente na rua); 4) crianças em situação de rua longe de seus locais de moradia exercendo atividades a mando dos familiares (são na maioria das vezes vendedores ambulantes e moram geralmente em casa de familiares). Os três últimos tipos de circunstâncias são os que interessam a este trabalho.

**Quadro 1: Tipologia das circunstâncias da infância na rua.**

No	Tipo	Formas de ocupação do território
1	Crianças pobres na rua sem estarem <b>em situação de rua</b>	Aposseamento de esquinas incrustadas nos bairros periféricos (crianças sem iniciativas de reciprocidade com estranhos);
2	Crianças <b>em situação de rua</b>	Aposseamento de esquinas incrustadas nos bairros periféricos (crianças induzidas à iniciativas de reciprocidade com estranhos);
3	Crianças <b>em situação de rua</b> (circunstancialmente <b>crianças de rua</b> )	Aposseamentos de trechos em bairros nobres ou de forte circulação de bens e pessoas de classes superiores (crianças, longe da moradia de origem)
4	Crianças em situação de rua	Em trânsito por espaço de forte circulação de pessoas, como vendedoras ambulantes.

A especificidade da forma como a problemática da situação de rua se apresenta em Cabo Verde permite distinguir dois tipos de territórios de sociabilidade de rua construídos

pelas crianças e adolescentes. As territorialidades construídas nas esquinas, praças e polivalentes e outros espaços públicos dos próprios bairros de moradia das crianças e as territorialidades construídas nos espaços nobres e/ou centrais dos meios urbanos.

Apenas uma parte das crianças que não constituem territórios de sociabilidade fora de seu bairro de origem está em situação de rua. Para os efeitos deste estudo foi importante verificar se esses espaços de sociabilidade infanto-juvenil dos bairros periféricos se constituíam como territorialidades protegidas ou se, pelo contrário, como espaços abertos a processos de desterritorialização. Por territorialidades abertas à desterritorializações entendemos espaços de busca de recursos que por escaparem ao zelo e controle de adultos responsáveis, conferem às crianças a iniciativa de busca de relações de reciprocidade com estranhos que transitam por esses espaços. A iniciativa das crianças e adolescentes para o estabelecimento de relações de reciprocidade com estranhos se dá, seja na forma da mendicância, seja na da oferta de serviços como a lavagem de carros.

O segmento das crianças cujo espaço principal de sociabilidade são os espaços públicos dos bairros periféricos e que “se oferecem” a estranhos é aqui considerado no interior da categoria de crianças em situação de rua por esse perfil de iniciativa em relações de reciprocidade com estranhos. Nem todos os agrupamentos de sociabilidade de crianças e adolescentes dos bairros periféricos das urbanidades cabo-verdianas podem ser considerados em situação de rua. O traço estrutural mais importante na distinção das territorialidades juvenis protegidas (crianças pobres de bairros periféricos) e territorialidades juvenis desprotegidas (crianças pobres de bairros periféricos em situação de rua) é a regularidade ou não de busca de recursos para a alimentação e vestuário nas estratégias de sociabilidade de rua. Quando crianças e adolescentes se alimentam ou se vestem a partir de recursos buscados na rua estão em situação de rua e tendem a constituir territorialidades abertas a incontroláveis processos de contacto com sistemas sociais mais amplos, como o turismo, a exploração sexual, a exploração em actividades ilícitas, ou apenas a exploração do trabalho infantil.

Mesmo as discussões conceituais mais rigorosas e recentes sobre a problemática das crianças em situação de rua tendem a reificação da categoria a partir de lugares ou actividades em lugar de uma conceituação relacional que coloque foco no processo. Nos colocamos próximos da definição de Rosemberg quando estima que crianças próximas a

seus bairros de origem só devem ser consideradas em situação de rua se estiverem esmolando ou trabalhando.

*Nesta perspectiva, crianças/adolescentes circulando ou brincando próximos a suas casas não foram caracterizados como crianças/adolescentes em situação de rua. Atentou-se, especialmente para crianças/adolescentes andando ou brincando em regiões próximas a cortiços, favelas, conjuntos habitacionais, que não foram caracterizadas como crianças/adolescentes em situação de ruas se não estivessem trabalhando ou esmolando. (ROSEMBERG, 1994, p. 34).*

Uma conceituação mais rigorosa desloca o foco da contingência das actividades para se centrar na relação entre sistemas sociais e territorialidades juvenis que conformam ambientes que irritam a economia, a política, o sistema doméstico, o sistema repressivo. O que faz com que em Cabo Verde comecem a se intensificar a contratação de pessoal de segurança para operações de controlo e “limpeza” em frente aos maiores supermercados das principais cidades é o fato de que crianças em situação de rua irritam o sistema económico. Da mesma forma se em Mindelo, em conjunturas de pico do turismo, operações de retirada fazem as crianças em situação de rua desaparecerem das margens desses circuitos económicos isso se deve à irritabilidade da territorialidade de rua sobre os sistemas económicos e políticos.

Os espaços abertos das crianças nas ruas são territórios incrustados nas regiões mais empobrecidas dos principais centros urbanos, geralmente praças, arredores de bares, restaurantes, supermercados e esquinas das ruas mais movimentadas de bairros. As crianças que constituem esses territórios estão na rua, mas geralmente dormem em casa de familiares ou conhecidos. Os vínculos com os familiares são ainda suficientes para mantê-los próximos de casa, mas os pais (mais geralmente apenas a mãe) não estão em condições económicas e nem proporcionam uma estrutura sócio-psicológica que assegura uma protecção efectiva a essas crianças / adolescentes. Nessas circunstâncias o estar na rua envolve a busca de recursos através da mendicância não sistemática e da oferta eventual de serviços (geralmente a lavagem de carros) aos passantes externos ao bairro principalmente aos que ostentam signos de classe média ou de serem turistas.

As crianças na rua, assim como as crianças e os adolescentes de rua, são segmentos

de um espaço maior de uma sociabilidade de rua que inclui as demais crianças dos bairros periféricos.

O que diferencia crianças em situação de rua da sociabilidade comum das crianças pobres dos bairros periféricos é uma tênue linha moral que torna plausível determinados tipos de acção para uns e que são lógicas de acção que aparecem como imorais ou inaceitáveis para outros. Quando a miséria e a fragilidade dos laços afectivos naturalizam actividades de mendicância e a busca de relações de reciprocidade com estranhos que possam proporcionar recursos (sobretudo monetários), temos a situação de crianças na rua mesmo que convivendo a maior parte do tempo no espaço de sociabilidade das demais crianças dos bairros periféricos. Existe, contudo a tendência a que esse tipo de crianças acabe constituindo grupos em algum grau estigmatizados pela maioria das outras crianças que em condições “normais” não tomam a iniciativa do estabelecimento desse tipo de relações com estranhos (mendicância e oferta de serviços).

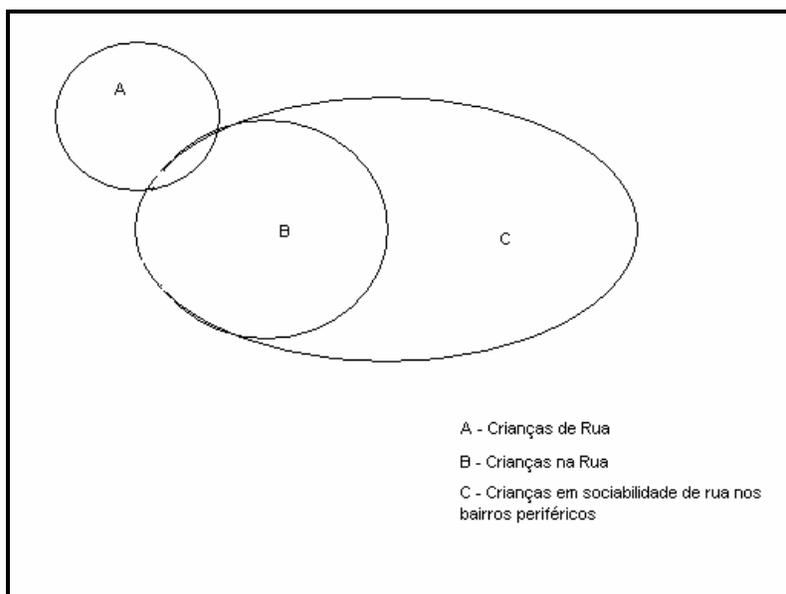


Ilustração 1: Sobreposição de territórios juvenis de rua.

A maior parte das crianças em situação de rua não chega a ter uma fase de ruptura

dos vínculos com a família (de origem ou adoptiva) a ponto de pernoitar na rua por um período suficientemente longo para que possa, nesse período, ser tomada como criança de rua. As crianças na rua constituem o universo de recrutamento das crianças de rua e as duas categorias não devem ser tomadas como definindo segmentos estanques, mas sim como estágios de processos reversíveis de mudanças nas trajetórias dessas crianças e adolescentes, de tal modo que qualquer estatística diferenciando os dois segmentos deve ser considerado uma fotografia instantânea, substancialmente alterável em um período curto tempo. Uma parte das crianças que começa por se agregar aos territórios abertos dos bairros periféricos tende a se deslocar para os espaços nobres dos centros urbanos a medida em que se desagregam os vínculos familiares, podendo ser classificadas, nesse período de ruptura como crianças de rua. Com frequência crianças que dormem na rua a um bom tempo, portanto circunstancialmente de rua, acabam retornando às suas casas configurando a situação de crianças na rua. O único cenário estável é que todas elas estão em situação de rua.

Os indicadores para a avaliação do grau de ruptura familiar a partir da percepção das próprias crianças e adolescentes emergiram das questões: “Se considera menino(a) de rua?”, “Onde dorme a maioria das vezes?”, “Volta para a casa da família ou conhecidos?”, “.Onde normalmente tomas banho? Como geralmente consegue comida quando está na rua?”. Da agregação de respostas indicativas de um grau maior ou menor de ruptura familiar pudemos compor as variáveis complexas crianças de rua e na rua, sempre atento ao carácter frágil e pouco operacional da distinção. Para compor a variável Criança de rua, com relação à pergunta “Se considera menino(a) de rua” seleccionamos as repostas sim. Da pergunta “Volta para a casa da família ou conhecidos?” adoptamos as alternativas “Às vezes na semana”, “De vez em quando”, “Nos finais de semana”, “Varia muito” e “Não volta”. Da pergunta: “Como geralmente consegue comida quando está na rua”? consideramos as crianças que pedem e encontram na rua.

Quadro 2 – Critérios utilizados para a definição de crianças de rua e crianças na rua

	<i>Crianças em situação de rua</i>	
	<i>Crianças de rua (todas as que confirmam uma ou mais das alternativas abaixo)</i>	<i>Crianças na rua</i>
<i>Se considera menino(a) de rua?</i>	<i>Sim</i>	<i>Todas as que não confirmam nenhuma das alternativas ao lado.</i>
<i>Onde dorme a maioria das vezes?</i>	<i>Na rua</i>	
<i>Volta para a casa da família ou conhecidos?</i>	<i>Às vezes na semana De vez em quando Nos finais de semana Varia muito Não volta</i>	
<i>Como geralmente consegue comida quando está na rua?</i>	<i>Pede Encontram na rua</i>	

Essa ténue linha de demarcação moral que cinde as crianças que podem mendigar ou oferecer pequenos serviços a estranhos daquelas que rejeitam como imoral a acção de mendigar é o mais forte indicador da pertinência do recorte da população alvo do estudo. Conforme a ilustração acima (Ilustração 1) nosso âmbito de investigação, a população de crianças e adolescentes cujos riscos estão significativamente acrescidos por um tipo de estratégia de rua, seriam os segmentos A e B. Inclusive, em determinadas circunstâncias essa diferença nas lógicas de acção pode criar proximidades morais e um âmbito de sociabilidade específico daquelas crianças mais desprotegidas do bairro, que se dispõem em pequenos grupos a desenvolver estratégias locais de busca de recursos. A sobrevivência a partir da exposição às ruas, as demarca, em alguns momentos, das demais crianças e adolescentes com as quais, contudo convivem de forma mais ou menos intensa. Essas estratégias de busca de recursos monetários através do estabelecimento de relações de reciprocidade com estranhos constituem espaços abertos a processos desterritorializantes que pode levar essas crianças e adolescentes das esquinas dos bairros pobres às ruas dos centros urbanos, das famílias em vínculos frágeis aos bandos vinculados a actividades ilícitas, das relações sexuais inseridas nos âmbitos locais à exploração sexual mais ou menos sistemática.

Foi importante que o foco da análise não tivesse ficado restrito às chamadas crianças de rua, não apenas porque não existe um grupo de indivíduos que tenha nascido na

rua, e porque a população de crianças que transita pelas ruas dos centros não é estável e essas crianças com frequência retornam a suas famílias, mas também porque o que está em jogo em termos de políticas públicas é controlar todo o processo de recrutamento de crianças para a rua. Esse controle só pode de dar a partir de um conhecimento profundo do espaço social principal de emergência das crianças em situação de rua: as esquinas dos bairros periféricos. Era também importante não estender o universo da pesquisa a ponto de se dissolver a especificidade dessa população e, portanto, da problemática, numa cultura em que a identidade masculina está tão intrinsecamente vinculada ao “crescer na rua”.

A rua é um território tanto mais sedutor quando menos “lar” for a casa. Tomamos assim as crianças na rua como um subgrupo no interior dos territórios das crianças e adolescentes dos bairros periféricos. O que caracteriza esse espaço periférico como um território é a forma como se constitui um código comum na forma de gírias, uma série de rituais iniciatórios que marcam a entrada no grupo e por vezes, a inserção em actividades que por estarem em conflito com a lei como o roubo e o consumo de drogas constituem uma rede fechada de cumplicidades, segredos, rivalidades de grupos e a constituição de identidades bairristas.

Muito mais do que um espaço físico, definimos aqui o território enquanto espaço de relações sociais dotado de fortes componentes de auto-referencialidade em que essas crianças e adolescentes se encontram e/ou passam a maior parte de seu tempo. O espaço físico para essa sociabilidade excepcionalmente pode ser um local privado abandonado (uma casa a ser demolida, ou prédio a ser construído, por exemplo), mas, em geral, trata-se de locais públicos, geralmente afastados de residências particulares, pois pessoas domiciliadas não aceitam tal proximidade. Estes locais são por nós designados “territórios” na medida em que foram apropriados e subvertidos da função urbanística para a qual foram planejados pelo poder público e passaram a ser ocupados para finalidades “domésticas” (dormir, comer, ter relações sexuais, excretar, conviver com seus pares, etc.).

É importante salientar que, embora possa haver vínculos fortes de certos grupos com determinados territórios da cidade, a repressão de fiscais, de policiais, da vizinhança sedentária ou até de outros grupos da rua pode impeli-los a abandonarem esses locais. Apesar de serem, como frequência, desterritorializados, eles buscam outros locais para aí se reterritorializarem, configurando, a médio e longo prazo, uma relação efémera com o

espaço se comparada com a relação que os habitantes sedentários mantêm com o mesmo.

Quando inseridas em estruturas familiares mais austeras, as crianças na rua, não conformam territórios, mas circulam pelos centros das cidades vendendo e prestando serviços de forma isolada. São levadas pelos pais a prestarem pequenos serviços e estão com frequência associadas ao pequeno comércio ambulante de bens alimentícios não perecíveis, retornando com os recursos para a casa de forma muito regrada. Essas crianças e adolescentes não constituem bandos, não dominam um espaço físico amplo, retornam regularmente a casa, geralmente frequentam escolas.

## 2.3 Metodologia

O estudo se caracterizou como diagnóstico descritivo analítico, com base em dados quantitativos e qualitativos. Para isto as técnicas utilizadas foram:

- 1) mapeamento de campo,
- 2) observação participante<sup>1</sup> junto a crianças e adolescentes em situações de rua;
- 3) entrevista por questionário estruturado com questões de identificação (tipo cadastral) e entrevista por questionário estruturado como complemento da “identificação” com questões abrangentes (respostas induzidas e espontâneas) sobre as condições de vida, as representações, as aspirações, a cultural sexual dos grupos e a percepção do grau de vulnerabilidade ao HIV/SIDA;
- 4) entrevistas em profundidade através de roteiro com nove representantes de diferentes organizações da sociedade civil voltadas para o trabalho com crianças em situação de rua;
- 5) doze entrevistas com representantes de órgãos governamentais cujas funções implicam em interações sistemáticas com crianças em situação de rua;

---

<sup>1</sup> Entendemos observação participante como "um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está face-a- face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto. (SCHWARTZ e SCHWARTZ, 1955 apud CICOUREL, 1980, p.89 ).

6) duas histórias de vida de adultos que passaram pela trajetória de crianças em situação de rua, foram alvos de diversas metodologias de reinserção social e actualmente encontram-se presos;

7) quatro grupos focais com crianças e adolescentes para captar suas representações, desejos e aspiração;

8) dados e informações disponíveis em bancos de dados e fontes bibliográficas.

O mapeamento é um estudo anterior ao inquérito visando um conhecimento mais aprofundado do local de referência predominante das crianças/adolescentes em cada concelho e tem por objectivo orientar os inquiridores. Para isso, os concelhos principais em concentração dessa população em situação de rua foram divididos territorialmente. Foram identificados corredores de circulação, que durante o inquérito deveriam ficar sob a responsabilidade da mesma equipa, no sentido de evitar a dupla contagem. As informações do mapeamento serviram para orientar o trabalho das equipas de campo, ao identificar os locais e horários habituais de permanências das crianças e ocupações, para a gestão das suas disponibilidades para as entrevistas. Nas planilhas registou-se informações tais como os lugares de maior incidência, os principais pontos, o número possível de crianças e adolescente a serem abordados para censo e para entrevistas, as suas actividades e vínculos com a rua e os dias e horários de permanência.

Os procedimentos para o mapeamento foram semelhantes em cada concelho. Pequena entrevista, agendada pela representação local do ICM, com os técnicos de diversas instituições que podiam informar-nos dos dados necessários para a realização do mapeamento. A entrevista tomava a forma de uma indagação sistemática junto a técnicos locais com reconhecido conhecimento de terreno no que tange a presença de crianças em situação de rua e a localização dos territórios de concentração nos mapas dos concelhos.

A fase seguinte do mapeamento foi uma incursão de reconhecimento aos locais de concentração da população que compunha o universo do estudo, seguindo as informações recebidas.

A terceira fase consistiu em viagens em diversos horários e/ou dias aos locais apontados como de concentração. Dessa actividade resultaram as fichas detalhadas (cf Anexo) e anotações sobre mapas das cidades que serviram de orientação para o campo.

As **entrevistas por questionários estruturados** tiveram a pretensão de cobrir a totalidade do universo das crianças em situação de rua. Foram aplicados 666 questionários com informações gerais das pessoas até 18 anos em situação de rua. A totalidade dos dados colectados através dos questionários foi fornecida pelas próprias crianças e adolescentes. O total dessa população é controverso, dificultando prever seu número. Por isso, optamos por uma estimativa abrangente. Para esta actividade, em cada município foram mapeados os locais de referência predominantes dessa população e esse mapeamento serviu como base as entrevistas por questionários cadastrais e de profundidade.

As **entrevistas em profundidades** combinam métodos etnográficos e sociológicos, iluminando o que não é objecto de generalização. Os dados (qualitativos) sobre a situação do universo estudado foram complementados pela leitura dos dados de representação estatística, podendo ser tomados como exemplares para a compreensão do “campo de possibilidades”, a partir dos quais os entrevistados “guiam suas opções” e/ou a elas são impelidos. Esse material forneceu os elementos para a compreensão das formas de sobrevivência empreendidas “na rua”.

O conhecimento das trajectórias, das representações, das demandas, dos sonhos, das dificuldades e das críticas dessa população foi fundamental para analisar qualitativamente o seu modo de vida ou seu “mundo” e as suas representações. Através da análise das trajectórias é possível levantar informações e dados para a compreensão das estratégias e formas de sobrevivência empreendidas “na rua” e do grau de vulnerabilidade dessa população ao HIV/SIDA.

## 2.4 Tratamento e análise dos dados

O universo de público-alvo constitui-se das 663 crianças e adolescentes em situação de rua nos Concelhos de Praia, Sta. Catarina, Sta. Cruz, Tarrafal, S. Vicente e Sal. Na cidade da Praia foram realizadas 307 entrevistas e na de Mindelo 134. Nos demais concelhos foram realizadas 225 entrevistas.

Os dados dos cadastros e dos questionários foram agrupados em banco no SPSS (*Statistics Package Social Science*), programa estatístico especial para a área de Ciências Sociais, através do qual também foram processados. Apenas uma parte das tabelas que reúnem as informações do cadastro e do questionário foi distribuída ao longo do corpo do texto de modo a explicitar imediatamente as evidências empíricas que municiaram as análises aqui empreendidas. De modo a não tornar a leitura demasiadamente cansativa, reunimos a totalidade das tabelas num relatório em anexo.

Quanto à experiência do trabalho de campo e das entrevistas aprofundadas e grupos focais, ela é única e intransferível, ou seja, pertence à subjectividade do pesquisador, subjectividade essa que deve ser objectivada e reconhecida como dado empírico relevante no processo de pesquisa na medida em que tem efeitos sobre os resultados obtidos. Essa experiência da alteridade e do encontro intersubjetivo entre entrevistador e entrevistado ultrapassa as possibilidades de registro do cadastro e questionário (embora uma folha em branco, anexa ao questionário, tivesse auxiliado os entrevistadores a registrarem dados subjectivos, observações de campo, depoimentos significativos de informantes, etc). Por estas razões, a cada dia de colecta dos dados quantitativos, foram realizadas reuniões na qual os entrevistadores e supervisores fizeram depoimentos sobre a vivência de campo e a experiência do encontro com o “Outro”. O registro (oral, posteriormente transcrito) desses depoimentos constituiu uma das bases de dados qualitativos interpretados em alguns itens deste relatório.

### 3. Territorialização

Iniciaremos essa secção por uma caracterização dos territórios juvenis abertos incrustados nos bairros periféricos. Em seguida teceremos uma etnografia dos territórios das crianças de rua nos centros urbanos e bairros nobres das cidades de Mindelo e Praia.

A maior parte das crianças **em situação de rua** não chega a ter uma fase de ruptura dos vínculos com a família (de origem ou adoptivo) a ponto de pernoitar na rua por um período suficientemente longo para que possa, nesse período, ser tomada como criança **de rua**. As crianças **na rua** constituem o universo de recrutamento das crianças **de rua** e as duas categorias não devem ser tomadas como definindo segmentos estanques, mas sim como estágios de processos reversíveis de mudanças nas trajectórias dessas crianças e adolescentes, de tal modo que qualquer estatística diferenciando os dois segmentos deve ser considerado uma fotografia instantânea, substancialmente alterável em um período curto tempo. Uma parte das crianças que começa por se agregar aos territórios abertos dos bairros periféricos tende a se deslocar para os espaços nobres dos centros urbanos a medida em que se desagregam os vínculos familiares, podendo ser classificadas, nesse período de ruptura como crianças **de rua**. Com frequência crianças que dormem na rua a um bom tempo, portanto circunstancialmente **de rua**, acabam retornando às suas casas configurando a situação de crianças **na rua**. O único cenário estável é que todas elas estão em **situação de rua**.

Tabela 1: Crianças **de rua** e **na rua**\*

<i>Concelho</i>	<i>Crianças de rua</i>		<i>Crianças na rua</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Praia	65	<b>21</b>	240	<b>79</b>
São Vicente	56	<b>41</b>	80	<b>59</b>
Santa Catarina	15	<b>22</b>	53	<b>78</b>
Sal	28	<b>49</b>	29	<b>51</b>
Santa Cruz	8	<b>14</b>	49	<b>86</b>
Tarrafal	12	<b>30</b>	28	<b>70</b>
<b>Total</b>	<b>184</b>		<b>479</b>	

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua Cabo Verde, Março 2005.

Os dados da tabela 1 demonstram que a grande maioria das crianças em situação de rua não podem ser considerada como crianças **de rua**. De um universo de 663 crianças entrevistadas, cerca de 28% delas se enquadrariam adequadamente nessa categoria. É nesse sentido possível estabelecer-se uma distinção provisória entre os territórios das crianças que, **estando na rua**, não romperam ainda seus vínculos com a família, daquele espaço de sociabilidade das crianças consideradas em estágio **de rua** pelo de ruptura dos laços com a família. Não por acaso, é nos dois principais centros urbanos (Praia e Mindelo) e na ilha de maior atracção turística (Sal) que se concentram (80%) as crianças que podem ser consideradas como de rua. O fenómeno das crianças de rua se dá em situações em que é possível um acoplamento estrutural entre os circuitos de bens das classes superiores e a circulação de pessoas das classes desfavorecidas, entre a precariedade das classes populares e a atracção exercida pela sociedade consumista. Daí que o fenómeno das crianças de rua é essencialmente e sobretudo de cidades subdesenvolvidas com fortes desigualdades sociais.

### ***2.1 Territórios dos adolescentes “nas ruas” dos bairros periféricos***

Teceremos na sequência uma etnografia do território das crianças dos bairros periféricos que, ainda que inseridas em suas famílias, na condição de crianças **na rua**, participam dos riscos de uma sociabilidade de rua a ponto de se constituírem como espaços sociais principais de recrutamento das crianças **de rua**.

Rituais de consumo, com horários e locais definidos são outros marcos de uma sociabilidade relativamente fechada, que só se abre a estranhos para se angariar recursos monetários que podem sustentar o consumo. É pela existência desses marcos ritualistas que falamos de um território de rua e o contrapomos ao processo de desterritorialização familiar. Isto é, a rua é um território tanto mais sedutor quando menos “lar” for a casa.

É já nesses territórios dos bairros periféricos que se desenvolve um *ethos* da virilidade que associa a noção de liberdade e autonomia de rua à agressividade nas relações inter-pares. Formas de vida forjadas numa cultura da violência e da agressividade emanam na verdade do interior das famílias, do desequilíbrio das relações de género (pai / mãe) e da preponderância masculina baseada na violência física e simbólica. Nesse sentido não há rupturas nas modalidades das interacções cotidianas na passagem da casa às esquinas dos

bairros periféricos, dos bairros aos centros da cidade.

O culto à virilidade associa violência e masculinidade e o contrapõe a covardia, fraqueza, traços morais tomados como negativos, associados à feminilidade, o que conduz a modalidades de construção da identidade masculina sustentada em contínuas e obsessivas demonstrações de força física, intrinsecamente associadas a força moral. Veremos adiante como se naturalizou o abuso sexual das crianças menores pelas maiores, o que aparece, estranhamente, como uma modalidade de afirmação da masculinidade, afirmação da força que ao vergar o mais fraco o submete à condição da feminilidade e afirma a virilidade daquele que submete o menor.

Assim a violência é, aqui, uma constante da afirmação identitária masculina, e aparece nas interações cotidianas como estratégia defensiva na maioria dos contactos, configurando um dos traços da especificidade do espaço dessas crianças e adolescentes.

Nesses espaços da sociabilidade juvenil agressiva dos bairros periféricos, embora todos se conheçam como uma espécie de grande horda, um clã do bairro, os contactos podem ser mais próximos entre aqueles que nas mesmas circunstâncias de uma educação menos regrada tendem a expedientes menos pautados na moral das classes populares e, portanto, mais arriscados e condenados. Visando à sobrevivência, as crianças dos bairros pobres menos protegidas pelo zelo adulto, mendigam e oferecem pequenos serviços a estranhos que passam pelo lugar e podem com mais facilidade se inserir em bandos voltados para práticas ilícitas. Esses que chamamos de crianças na rua são, portanto um subgrupo no interior das hordas de crianças e adolescentes dos bairros periféricos.

Foi importante que o foco da análise não tivesse ficado restrito às chamadas crianças de rua, não apenas porque não existe um grupo de indivíduos que tenha nascido na rua, e porque a população de crianças que transita pelas ruas dos centros não é estável e essas crianças com frequência retornam a suas famílias, mas também porque o que está em jogo em termos de políticas públicas é controlar todo o processo de recrutamento de crianças para a rua. Esse controle só pode de dar a partir de um conhecimento profundo do espaço social principal de emergência das crianças em situação de rua: as esquinas dos bairros periféricos. Era também importante não estender o universo da pesquisa a ponto de se dissolver a especificidade dessa população e, portanto, da problemática, numa cultura em que a identidade masculina está tão intrinsecamente vinculada ao “crescer na rua”.

Tomamos assim as crianças na rua como um subgrupo no interior dos territórios das crianças e adolescentes dos bairros periféricos. O que caracteriza esse espaço periférico como um território é a forma como se constitui um código comum na forma de gírias, uma série de rituais iniciatórios que marcam a entrada no grupo e por vezes, a inserção em actividades que por estarem em conflito com a lei como o roubo e o consumo de drogas constituem uma rede fechada de cumplicidades, segredos, rivalidades de grupos e a constituição de identidades bairristas.

Numa perspectiva longitudinal nossos principais entrevistados relatam que há algumas décadas esse tipo de espaço de sociabilidade juvenil dos bairros periféricos não se constituía como um espaço peculiar riscos de rua, dado o cinturão de protecção e controle que o zelo colectivo dos adultos proporcionava, constituindo uma comunidade de educação comum de toda a geração emergente. Um de nossos mais perspicazes entrevistados nos ajudou a estabelecer o contraste esse espaços de sociabilidade juvenil há algumas poucas décadas atrás e na actualidade:

*Esses meninos vinham talvez de Ribeira bote, de Monte Sossego... Como os pais trabalhavam, eram catraeiros locais ou eram mulheres que carregavam sacos, então os filhos vinham e ficavam naquela orla marítima, na Praia de Bote, onde talvez podiam correr certos riscos. Podia ser que sim ou não... Era uma tradição talvez não maligna, no sentido em que as crianças não assaltavam as pessoas, não dormiam na rua, não faziam a vida na rua. No final do dia regressavam com os pais para a casa. Os pais saíam de casa de manhã e chegavam quase à noite. Nessas condições do dia a dia, de alguma forma os adultos estavam olhando para as crianças a suas voltas. Havia aquela alta(?) situação que hoje já não há, e que alguém na rádio se referiu a isso: “todos eram pais de todos”. Eu fui educado assim, eu não fiz muita coisa porque fulano conhecia meu pai, e eu lhe tinha grande respeito. Quando fulano passava e olhava uma dessas crianças na rua um pouco mais tarde, se dirigia a essa criança: “já é hora de ir para a casa, já é tarde!”. Essa criança obedecia. Mas hoje não! Digo isso para uma criança actualmente e ela me responde: “vá você para casa!”. Havia o que nos chamamos respeito que hoje já não existe. Posso te dizer que este conceito de pais e mães alargados, em que a sociedade se impõe como mãe, como pai, isso ajudava a solucionar problemas.*

Mesmo que seja necessário à análise, reter a precaução com relação ao encantamento que o retorno ao passado seduz, na forma da narrativa nostálgica, é pertinente observar a forma como se processa em poucas décadas transformações nas

modalidades de dominação e confronto inter-geracionais. Da dominação dos adultos sobre crianças e jovens através de relações severas, pouco comunicativas e muito autoritárias, mas fortemente regradas por normas tradicionais que impunham contrapartidas que asseguravam uma relativa protecção à infância, passou-se a confrontos mais ou menos abertos e desregrados entre adolescentes e adultos, que nas situações de maior precariedade económica e pressões sócio-psicológicas degeneraram em patologias familiares.

É a comunidade como território comum a adultos e crianças, em que aqueles zelavam por estas, que se dissolveu em algumas décadas permitindo a emergência de pequenos territórios juvenis quase autónomos. Para uma parte dessas crianças, esse território de sociabilidade é tão importante, ocupando uma parte tão significativa de seu tempo, e inclusive proporcionado recursos monetários para elas tão significativos, que são crianças e adolescentes que podem ser classificadas como estando **na rua** mesmo se dormem sempre em casa de familiares ou conhecidos.

A constituição de uma carreira moral que leva dos territórios dos bairros à mendicância nos centros das cidades (incluindo aeroportos, cais, bairros nobres) não é mono-determinado. A violência familiar e a precariedade económica são certamente factores relevantes, mas não são os únicos nem são determinantes de modo isolado. A transição entre os bairros periféricos e o centro da cidade constitui uma população móvel e indefinida, que está tempo em casa e tempo na rua.

### ***Os circuitos ambulantes do centro da cidade***

Quando inseridas em estruturas familiares mais austeras, as crianças na rua, não conformam territórios, mas circulam pelos centros das cidades vendendo e prestando serviços de forma isolada. São levadas pelos pais a prestarem pequenos serviços e estão com frequência associadas ao pequeno comércio ambulante de bens alimentícios não perecíveis, retornando com os recursos para a casa de forma muito regrada. Crianças na rua buscando recursos sob austero regramento familiar, embora sem o zelo constante do olhar paterno, constituem a maioria dos sujeitos desta pesquisa. Essa é a maior categoria de crianças trabalhadoras em situação de rua, com 30,7% do universo.

TABELA 2 – Principal actividade realizada para ganhar dinheiro\*

<i>Actividade</i>	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Engraxando sapatos	3	,7	2	1,0	1	,5
Lavando/guardando carros	70	16,9	25	12,8	45	20,5
Carregando sacolas e caixas	41	9,9	31	15,9	10	4,6
Carregando bagagem no aeroporto	3	,7	3	1,5	----	---
Vendendo alguma coisa	127	30,7	71	36,4	56	25,6
Catando papéis/papelão, garrafas plásticas, latas e outros	14	3,4	6	3,1	8	3,7
Pedindo	7	1,7	2	1,0	5	2,3
Cuidando de bancas	5	1,2	2	1,0	3	1,4
Capinando/cuidando de jardins	2	0,5	1	0,5	1	0,5
Outros	138	33,3	50	25,6	88	40,2
NR	4	1,0	2	1,0	2	0,9
<b>Total</b>	<b>414</b>	<b>100</b>	<b>195</b>	<b>100</b>	<b>219</b>	<b>100</b>

\* Somente para quem disse que realiza actividade para ganhar dinheiro

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, Março 2005.

Essas crianças e adolescentes não constituem bandos, não dominam um espaço físico amplo, retornam regularmente a casa, geralmente frequentam escolas, porém estão igualmente sujeitos aos riscos específicos de rua. A essas crianças e adolescentes se lhes subtrai tanto o tempo da brincadeira como o da dedicação aos estudos, estão expostos ao contacto com estranhos a quem são levados pelo ofício à iniciativa no estabelecimento do primeiro contacto.

É fundamental nesta pesquisa o tratamento analítico das interacções entre crianças e adultos para o estabelecimento da pertinência das fronteiras de nosso recorte de objecto. Nesse sentido se impõe considerar as diferenças entre relações de complementaridade entre adultos e crianças e relações fundadas ou que buscam a reciprocidade. Relações complementares como as que unem pais e filhos, empregados e empregadores estão baseadas em normas costumeiras ou em regulamentos explícitos não demandando negociações abertas nem jogos de sedução para a sua regulação. A relação entre crianças e turistas, adolescentes que lavam carros e donos dos veículos, crianças vendedoras ambulantes e os compradores adultos são relações baseadas em princípios elementares de

interacção e que requerem negociações constantes abrindo brechas para perigosos processos de sedução. São essas brechas que os riscos do SIDA tornam particularmente gritantes.

## *2.2 Territórios dos adolescentes “de rua” nos bairros centrais*

É nos centros das cidades, no espaço de sociabilidade daqueles que estão em ruptura com a estrutura familiar, que a autonomia desses espaços de sociabilidade juvenil se completa. Aí as crianças e adolescentes estão completamente desvinculados do zelo e da responsabilidade de adultos. Esse é o universo das crianças **de rua**, um tipo diferenciado de território de sociabilidade juvenil.

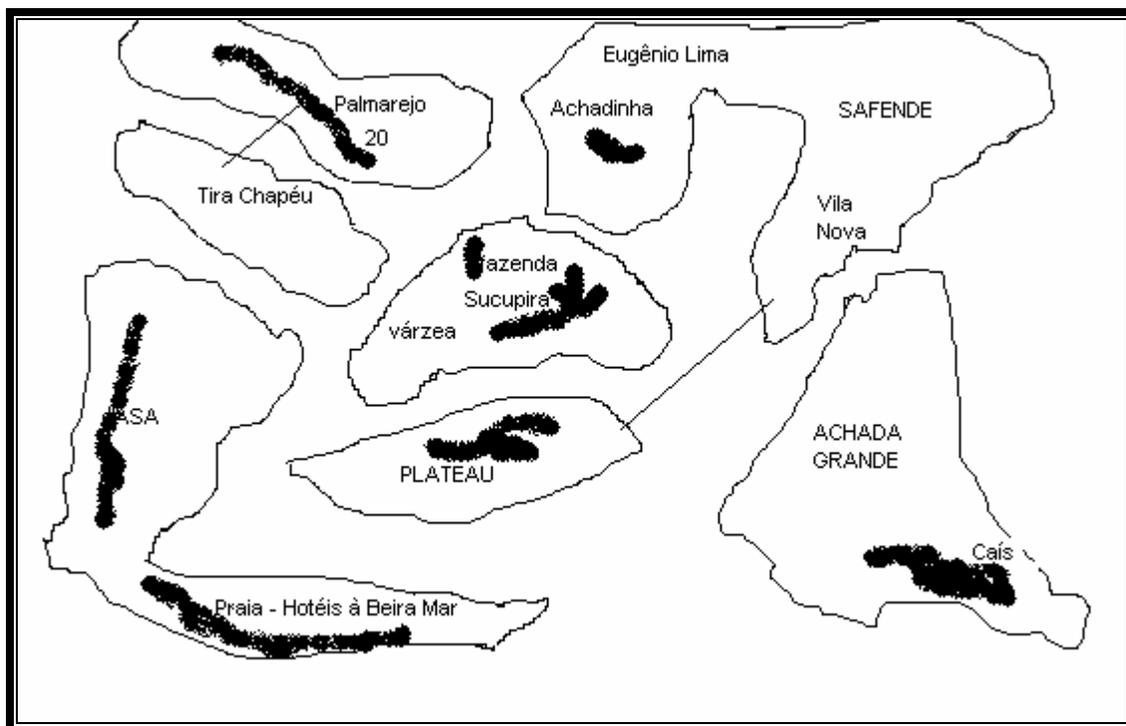
De outra parte, áreas comerciais também representam atrativos para aqueles que aí encontram fonte de rendimentos diversos (prestação de serviços, como lavar/cuidar de carros ou abrir portas para carregar volumes; pedido de restos de comida ou de dinheiro; colecta dos lixos próximos a comércio de alimentos, etc).

Percebe-se, assim, que a escolha destes territórios de referência não é aleatória, visto que para serem eleitos como tais estes espaços têm que apresentar certos atrativos, que tanto podem ser certas condições mínimas de abrigo (alpendre, estrutura de concreto, distância de áreas privadas, fonte de água, local para fogueira quando é frio, etc.), quanto proximidade de fontes de rendimentos ou de instituições/organizações que lhes prestam serviços.

É importante salientar que, embora possa haver vínculos fortes de certos grupos com determinados territórios da cidade, a repressão de fiscais, de policiais, da vizinhança sedentária ou até de outros grupos da rua pode impelí-los a abandonarem esses locais. Apesar de serem, como frequência, desterritorializados, eles buscam outros locais para aí se reterritorializarem, configurando, a médio e longo prazo, uma relação efêmera com o espaço se comparada com a relação que os habitantes sedentários mantêm com o mesmo.

As condições de pernoite destes jovens é, geralmente dramática, pois, se estão na rua, dormem com medo de violências ou entorpecidos pelas drogas, de modo que é comum

estarem cansados durante o dia. Será comum, portanto, encontrarmos vários deles dormindo ao desabrigo, não raro em meio ao movimento e barulho urbanos.



**Ilustração 2: Manchas assinalando os territórios *de rua* da Praia.**

#### **4. Relações familiares e interpessoais**

A literatura mais recente sobre crianças em situação de rua tende a uma linha de argumentação em favor da desculpabilização das famílias de classes populares e tem se esforçado para a explicitação da lógica própria dos vínculos familiares nessas classes. Vários autores têm chamado a atenção para o fato de que a existência de um grande número de crianças em situação de rua não significa que todas elas estejam em situação de abandono e que a circulação intensa de crianças entre famílias de classes populares expressa uma lógica cultural específica que não pode ser confundida com a expulsão dessas crianças e nem o fato das famílias serem chefiadas por mulheres, tios ou avós pode ser confundida com desestruturação.

Contudo, a mesma literatura tem se confrontado com o fato de que um número cada vez maior de crianças em cidades dos países em desenvolvimento está exposto a situações de risco típicas de uma longa e desprotegida exposição a situações de rua, exposição essa que só pode ser descrita como expulsão do interior de suas comunidades de origem. E se a lógica dessa expulsão não pode ser reduzida a factores económicos (cujo peso não deve ser subestimado), as razões da ruptura devem ser encontradas também na dinâmica dessas famílias de classes populares submetidas as fortes pressões da modernidade em sociedades de crescentes e profundas desigualdades sociais.

Nesta secção, além da precariedade socio-económica avaliaremos o peso da irresponsabilidade paterna na dinâmica da violência no interior das famílias de classes populares e como fator de expulsão efetiva de uma parte cada vez mais significativa de crianças e adolescentes. Os resultados da aplicação de inquéritos e a análise das entrevistas qualitativas convergem no sentido de apontar três fortes razões para a ruptura de laços entre as crianças em situação de rua e as respectivas famílias: 1) a precariedade socio-económica; 2) a irresponsabilidade masculina na paternidade; e 3) a violência doméstica em que, de novo, os homens são os principais protagonistas.

#### 4.1 Violência intra e extra-familiar

A violência no interior das famílias, em especial a dos pais sobre os filhos, é uma constante das narrativas das crianças e adolescentes em situação de ruptura. Mais de metade das crianças de rua se vê como vítima freqüente de violência (tabela 3).

TABELA 3 – Já sofreu violência

	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Uma vez	39	6,0	19	6,2	25	7,0
Algumas vezes	191	29,3	102	33,1	89	24,9
Muitas vezes	136	20,9	67	21,8	71	19,8
Nunca	286	43,9	117	38,0	168	46,9
NS	1	0,2	---	---	1	0,3
NR	7	1,1	3	1,0	4	1,1
<b>Total</b>	<b>666</b>	<b>100</b>	<b>308</b>	<b>100</b>	<b>358</b>	<b>100</b>

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

Se isolado esse universo das crianças que se percebem de algum modo vítimas de violência 40% delas indicam a família como espaço social principal dos maus-tratos que sofrem (tabela 4). Tratando-se de crianças que estão na maior parte do tempo em uma socialização de rua extremamente agressiva e expostas a múltiplas formas de violência, é extraordinário verificar que 33,5% delas ainda tenham como principal evocação de violência aquela sofrida em casa.

TABELA 4 – Pessoas que agrediram mais vezes\*

	Geral		Praia		Outros concelhos	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Familiares	125	33,5	53	28,2	72	38,9
Policiais	13	3,5	3	1,6	10	5,4
Companheiro de rua	115	30,8	64	34,0	51	27,6
Funcionários de instituições	4	1,1	---	---	4	2,2
Funcionários/seguranças de lojas/supermercados	1	,3	---	---	1	,5
Motoristas de veículos	1	,3	1	,5	---	---
Outros grupos de rua	50	13,4	28	14,9	22	11,9
Outros	45	12,1	29	15,4	16	8,6
NS	5	1,3	3	1,6	2	1,1
NR	14	3,8	7	3,7	7	3,8
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>100</b>	<b>188</b>	<b>100</b>	<b>185</b>	<b>100</b>

\* Somente pra quem respondeu ter sofrido violência

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

A exposição à rua em situação de ruptura dos vínculos com a família se apresenta como uma linha de fuga que ao desterritorializar a criança a insere numa trajectória nômade que perdura até que ela acabe se inserindo em um bando territorializado ou incorporado por uma instituição fechada. Essa trajectória típica das crianças e adolescentes que acabam na rua, fica explicitada no relato de um interno do Centro Juvenil Nho Djunga:

*Eu saio de casa de manhã e volto às tantas da noite. Mas não entro em casa com medo que os meus pais me batam. Então durmo na rua, de vez em quando encontro o meu companheiro Admir. Ficamos juntos por uns tempos depois nós nos separamos. Vou dormir num corredor no Monte Sossego. A minha mãe encontrou-me nesse lugar e levou-me para casa. Batia-me de fio de luz. Resolvi de novo fugir de casa. Fui lá para zona da Bela Vista. Uma senhora encontrou-me sentado em frente a sua porta e me perguntou o que esta fazendo ali. Disse-lhe que estava dormindo na rua e que a minha mãe tinha me enchido de pancadas. Então ela me agasalhou por alguns tempos em sua casa. Passei a dormir lá. Ela passou a me dar banho, roupa, comida durante alguns meses. Chamaram a policia. Alguém contou a minha mãe que eu estava hospedado na Bela Vista, na casa dessa senhora. Foram me buscar num carro da policia e me levaram para casa. Depois vieram a me colocar no centro juvenil.*

É notável como o círculo de violência nas famílias se retro-alimenta: o adolescente comete uma pequena desobediência e não volta para a casa numa noite para não ser

castigado; o motivo para ser castigado se redobra e quando finalmente se encoraja a enfrentar os pais, a violência é tão brutal que ele é levado a sair de novo a rua, ganhando um novo motivo para ser violentado.

Está em jogo, neste tópico, avaliar os efeitos da violência familiar em correlação com a busca das causas da saída às ruas. Em primeiro lugar é preciso perceber que as crianças não saem de casa após as pancadas. É a violência que destrói o sentido do “estar em casa”. Quando ainda sob a estrutura material da casa, a criança já se encontra na rua, psicologicamente exposto ao descentramento. Na seqüência a criança segue a linha de destruição do sentido de protecção familiar: é a linha de fuga imposta que a deixa sob alpendres, na casa de outros ou a encaminha a espaços coletivos de acolhimento. Em todas essas circunstâncias a criança está em fuga, em processo absoluto de desterritorialização.

O aspecto principal desse processo de desterritorialização é, aqui, essencialmente a destruição da confiabilidade nas figuras dos responsáveis pela infância. O dismantelamento da estrutura do “estar em casa” tem como consequência a obstrução das possibilidades de edificação de uma relação adequada entre o Eu e a estrutura outrem. A crise estrutural de confiança nos responsáveis pela infância tende a gerar uma crise permanente de autoconfiança que tem como correlato a crise de confiança em Alter e na estabilidade do mundo. A incompatibilidade entre esse dismantelamento da confiança nas figuras responsáveis pela infância e as exigências identiárias da alta-modernidade é bem expressa por Giddens.

*Relações puras, como muitos aspectos da alta modernidade, têm dois gumes. Oferecem a oportunidade de desenvolvimento da confiança baseada em compromissos voluntários e numa intimidade intensificada. Quando alcançada e relativamente segura, tal confiança é psicologicamente estabilizante, por causa das fortes ligações entre confiança básica e a confiabilidade das figuras dos responsáveis na infância. Como essas conexões abrangem sensações de segurança no mundo-objeto, assim como na esfera das relações pessoais como tais, sua importância é considerável. A relação pura é um ambiente-chave para construir o projecto reflexivo do eu, pois tanto permite quando requer a auto-compreensão organizada e contínua - o meio de assegurar um laço duradouro com o outro. (Giddens, 2002: 173).*

Se a alta-modernidade requer uma capacidade de estabelecimento de relações puras,

esse tipo de relação só pode ser fundada na auto-confiança que se adquire na infância, nos jogos estabilizados de ausência-presença dos pais, modelos de relações puras que geram na criança, em primeiro lugar, a crença na estabilidade relativa do mundo. A consequência mais desastrosa da destruição na criança da estrutura do lar é a incapacitação para uma relação segura com o mundo e a produção de uma inabilidade estrutural para o estabelecimento de relações duradouras com outrem que possam estar baseadas na confiança e num processo de negociação da democratização da intimidade Giddens, 2002: 173).

*Eu ia brincar na rua e quando chegava à noite eu dormia na rua. Disseram-me que a minha mãe ia me bater porque eu dormia na rua. Um dia encontrei uns amiguinhos meus que também dormiam na rua. Não querendo ficar mais comigo, disseram-me que iam dormir em casa. Em vez de dormir em casa foram para uma casa descoberta no meu bairro. Então as minhas irmãs vieram me buscar, me enganaram dizendo que a minha mãe não estava em casa. Quando cheguei em casa a minha mãe me pegou e me deu com o pau de panela. De manhã o meu pai disse-me que também queria me bater. Tornei a fugir, encontrei uns colegas e fomos a uma oficina mecânica de carros e nos agasalhamos nesse lugar. Chegaram uns rapazes que queriam nos bater. Decidimos sair daí e fomos para o Monte Sossego. Resolvemos deitar debaixo daquele tanque e no dia seguinte fomos pedir pão. Uma senhora reconheceu-me levou-me de volta a minha casa. (Criança em situação de rua, 12 anos)*

TABELA 5 – Consideração como menino(a) de rua

	Geral		Praia		Outros concelhos	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Não	593	89,4	277	90,8	316	89,4
Sim	33	5,0	14	4,6	19	5,0
NS	4	0,6	1	0,3	3	0,6
NR	33	5,0	13	4,3	20	5,0
<b>Total</b>	<b>663</b>	<b>100</b>	<b>305</b>	<b>100</b>	<b>358</b>	<b>100</b>

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

É notável que 5 % dos que estão em situação de rua se considerem crianças de rua apesar do estigma que carrega essa forma de rotulação. A coincidência entre esse resultado e o da questão sobre a volta a casa que indica que 3,9% das crianças não voltam é um bom

indicador do grau de ajustamento entre as condições objetivas de existência (que levam a interiorização do estigma) e as percepções subjetivas que explicitam o estigma incorporado.

TABELA 6 – Lugar onde dorme

	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Casa da família, de conhecidos, de amigos	435	65,6	223	73,1	212	59,2
Rua	28	4,2	8	2,6	20	5,6
Abrigos/albergues/instituições	8	1,2	3	1,0	5	1,4
Pardieiro	1	0,2	---	---	1	0,3
Outro	2	0,3	1	0,3	1	0,3
NR	189	28,5	70	22,7	119	33,2
<b>Total</b>	<b>663</b>	<b>100</b>	<b>305</b>	<b>100</b>	<b>358</b>	<b>100</b>

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

As crianças que estão em situação de rua, com laços familiares esgarçados, mas suficientes para que o lar seja ainda um ponto de referência rondam entre os 65 e 70% de nosso universo. Essas não são crianças de rua embora a rua possa ser um espaço de sociabilidade tão importante que com frequência são confundidas com aquelas que já moram permanentemente na rua.

Números próximos quanto a situação escolar indicam a forte correlação entre o abandono da escola e o abandono da casa. Quase metade de nosso universo de pesquisa é de crianças com uma relação irregular ou inexistente com a escola.

<i>Situação escolar</i>	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>S. Vicente</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim, todos os dias	354	53,7	176	57,1	71	52,2
Sim, às vezes	14	2,1	3	1,0	4	2,9
Não	290	44,0	126	40,9	61	44,9
Não respondeu	5	0,2	3	1,0	---	---
<b>Total</b>	<b>663</b>	<b>100</b>	<b>308</b>	<b>100</b>	<b>136</b>	<b>100</b>

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

Esse dados sugerem a hipótese de que pode haver relação entre a “ida para a rua” e a escola, no sentido de que ao ingressarem na escola, adquirem maior autonomia na forma e local de ocupação de seu tempo e ao terminarem o nível fundamental (em geral com 14 anos) também se sentem mais autônomos sob este aspecto. Neste caso estaria embutido que os conflitos domésticos podem deslançar o processo de ida para a rua, porém sua viabilização depende de condições objectivos, alheias ao doméstico, como o caso da saída de casa para a escola ou ocupação do tempo após a conclusão da escolaridade, no caso o nível fundamental.

TABELA 7 – Vivência com o pai\*

<i>Tipo</i>	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Mesma casa	187	31,9	108	38,8	79	25,6
Mesmo bairro/casa diferente	64	10,9	30	10,8	34	11,0
Mesmo concelho/outro bairro	168	28,7	71	25,5	97	31,5
Outro concelho	39	6,7	14	5,0	25	8,1
Outra ilha	33	5,6	4	1,4	29	9,4
Estrangeiro	72	12,3	41	14,7	31	10,1
Não Sabe	10	1,7	5	1,8	5	1,6
NR	13	2,2	5	1,8	8	2,6
<b>Total</b>	<b>586</b>	<b>100</b>	<b>278</b>	<b>100</b>	<b>308</b>	<b>100</b>

\* Somente para aqueles que disseram ter pai

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

TABELA 8 – Vivência com a mãe\*

<i>Tipo</i>	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Mesma casa	484	75,4	238	79,9	246	71,5
Mesmo bairro/casa diferente	26	4,0	8	2,7	18	5,2
Mesmo concelho/outro bairro	62	9,7	30	10,1	32	9,3
Outro concelho	15	2,3	5	1,7	10	2,9
Outra ilha	17	2,6	3	1,0	14	4,1
Estrangeiro	29	4,5	9	3,0	20	5,8
NR	9	1,4	5	1,7	4	1,2
<b>Total</b>	<b>642</b>	<b>100</b>	<b>298</b>	<b>100</b>	<b>344</b>	<b>100</b>

\* Somente para aqueles que disseram ter mãe

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

Entre os entrevistados 70 % se consideram vivendo com a mãe enquanto que com o pai, apenas 31,9%. Esse dado indica que cerca de metade das crianças que embora estejam **na rua** não são **de rua**, vivem com a mãe apenas. A ausência do pai é com frequência visto pelas próprias crianças como fator que as impele a rua em busca de recursos de sobrevivência. Quando à busca de recursos se acresce a violência doméstica (exercida também pela mãe) e os atrativos próprios da rua, pode acontecer uma ruptura da criança com a família. Com mais frequência a criança faz da rua seu espaço principal de socialização, mas continua com vínculo familiar, os laços afetivos são estruturados em torno mãe que continua a frente da família na busca incessante da sobrevivência e da garantia da permanência de seus membros em torno do núcleo familiar.

Desse modo se se pode falar de abandono ou descaso da parte paterna na maioria dos casos, o mesmo raramente pode ser dito da linha materna. Na pesquisa aparece de forma significativa a presença materna como o único vínculo familiar da criança. Se reunirmos na tabela acima os dois grandes factores envolvidos nas motivações para a ida à rua, encontramos problemas econômicos em 70% das motivações e a desagregação familiar em 20%. Se como já pontuamos, na desagregação familiar, o fator principal é a violência (exercida com frequência pelos membros masculinos), temos dois factores ligados a dominação (de género e de classe) como responsáveis pelo fenómeno das crianças em situação de rua.

No fenómeno crescente da irresponsabilidade masculina por sua prole está presente novos modelos de agenciamento da sexualidade que se estabelecem sob práticas há muito enraizadas e ligadas à dominação masculina. Faz parte de um velho *ethos* masculino caboverdeano a associação entre a virilidade e um grande número de filhos. A circulação globalizada de imagens que associam erotismo e pornografia, virilidade e culto do corpo fabricado em academias, dão novas tonalidades à identidade masculina, tornando custosa, exacerbadamente individualista e produzindo um indivíduo só responsável por si mesmo. Esse novo *ethos* viril se estabelece desterritorializado das redes tradicionais de relações de parentesco que impunham modalidades de contrato entre as famílias e entre os sexos que minimamente responsabilizava a parte masculina pela prole frequentemente numerosa. No novo agenciamento da identidade masculina, a construção da virilidade está livre da injunção ao cuidado da procriação e ao projecto de constituição de família. É fundamental

que tal agenciamento seja combatido na esperança de se melhorar a eficácia dos programas de intervenção sobre o fenómeno das crianças e adolescentes em situação de rua.

A tabela 8 demonstra que 75% das famílias das crianças em situação de rua são crianças que, contudo se consideram como morando com a mãe, contra 31% dos que moram com os respectivos pais.

Tal fato não chega a caracterizar uma desagregação familiar já que para a maior parte dessas famílias permanece à frente dessa estrutura a figura do responsável representado pela mãe, pai, avó ou avô.

Entre as crianças na rua, grande parte delas é das crianças e adolescentes que se deslocam de suas residências para iniciarem actividades diversas nas ruas centrais das cidades da Praia e Mindelo, retornando no fim da noite ao seu local de origem.

Este fato da maioria das crianças em situação de rua estar inserido nesse ir e vir caracteriza uma situação diversa daquela imagem que preenche o senso comum de um descaso e abandono das famílias mais empobrecidas que tenderiam a deixar suas crianças soltas e abandonadas a própria sorte. Não apenas a maioria das famílias pobres guarda um zelo estrito sobre suas crianças como aquelas que as engajam nessas estratégias do ir e vir pelo centro da cidade não significa que tenham rompido o vínculo.

A pesquisa revela que 80% das crianças que podem ser sistematicamente encontradas nas ruas de nossos centros mais urbanizados de fato possuem um estreito vínculo familiar, residindo com parentes próximos e retornando regularmente as suas moradias para dormir. Tal fato sugere um redimensionamento da problemática, porque sugere que o abandono na maioria das vezes decorre da imperiosa necessidade de introduzir os filhos menores no mercado de trabalho para garantir a sobrevivência da família, em detrimento de sua participação em actividades necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades nessa fase (escola, recreação, lazer).

Menos do que de desestruturação familiar, deve-se apontar mais especificamente para o fenómeno da reestruturação familiar em vista da irresponsabilidade paterna, um grande número jovens do sexo masculino que não assume a responsabilidade por sua prole (ou o faz em meio a um cenário de violência doméstica), o que em situações de grande precariedade socio-económica provoca a ida das crianças à rua. Essa precariedade que se reflete nas condições de moradia, alimentação, vestuário, saúde e violência doméstica, é

responsável pela fragilização dos laços de coesão familiar.

Os dados deste estudo impõem um diagnóstico mais preciso do que tem sido comum, e que em lugar de atribuir as culpas, de forma generalizante e de modo insolúvel, as famílias de classes desfavorecidas, aponta para dois fenómenos ligados a processos de dominação social: a desigualdade socio-económica que demanda justiça redistributiva e a desigualdade de género

## 5. Sobrevivência

### 5.1 Atividades / ocupações

Optamos no questionário por utilizar o termo “atividades” em lugar de falarmos em trabalho tendo em vista o cuidado da não imposição de referenciais e sistemas de classificação alheios ao grupo. Respeitamos desse modo a possibilidade do não reconhecimento pelas crianças do que estavam fazendo para ganhar dinheiro como uma forma de trabalho.

Mais ainda, crianças e adolescentes podiam ser encontradas pedindo, porém devido ao estigma que recaí sobre a actividade podiam omitir a pratica desta actividade. Esse tipo de actividade e outras como a prostituição, a venda de drogas e outras práticas ilícitas, necessariamente, aparecem subestimadas nas estatísticas seguintes. É através dos grupos focais, da observação participante e das entrevistas que o peso dessas actividades na estruturação do cotidiano dessa população pode emergir em toda a sua pertinência.

Mesmo considerando a possibilidade da não declaração de algumas actividades devido ao estigma, é elevada a taxa dos que declaram ter realizado alguma actividade para ganhar dinheiro. O fato de mais de 60% dos inquiridos declararem exercer alguma actividade para ganhar dinheiro indica que essas crianças estão na rua fundamentalmente em busca de recursos de sobrevivência e, portanto devem ser consideradas como indivíduos compulsivamente jogados num mercado informal de trabalho em circunstâncias inadequadas.

TABELA 9 – Realiza actividade para ganhar dinheiro

	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim, iniciativa própria, ?	203	30,6	88	28,9	115	32,1
Sim, para alguém	208	31,4	104	34,1	104	29,1
Não	238	35,9	109	35,7	129	36,0
NR	14	2,1	4	1,3	10	2,8
<b>Total</b>	<b>663</b>	<b>100</b>	<b>305</b>	<b>100</b>	<b>358</b>	<b>100</b>

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

Podemos grosso modo dizer que as crianças **de rua** trabalham por iniciativa própria e que as crianças **na rua** e que trabalham, fazem-no a mando de alguém, na maior parte das vezes os próprios pais. Tantos os de rua como os na rua tendem a buscar para as suas actividades os lugares de maior afluxo de um tipo de recurso associado a trajeto de pessoas. Mais especificamente, as crianças os de rua estão inseridos em actividades de simbiose com indivíduos das classes mais elevadas (incluindo aí turistas) em actividades que envolvem traços de subordinação, dependência, humilhação (esmola, auto-oferecimento para guardar carros, lavá-los, jogar o lixo fora). O comércio ambulante (30,7%), a lavagem de carros (16,9), a colecta de dejetos, a mendicância (que se configura de diferentes maneiras), estão entre as principais actividades de subsistência visíveis<sup>2</sup> a que se dedicam os jovens de nosso estudo.

O processo de destruição da estrutura de auto-proteção é o correlato da indistinção entre os espaços público e privado, entre o tempo reservado para o lazer/descanso e aquele reservado para o provimento da existência, de modo que essas actividades podem ser praticadas simultaneamente e até no mesmo território.

A tabela seguinte deixa bem expressa que os lugares de concentração das crianças em situação de rua são àqueles em que essas crianças podem encontrar recursos de subsistência (possibilidade de ganhar dinheiro em 35,1% dos casos) e diversão (34,5%) dos casos. Os mesmos espaços dedicados ao trabalho são os de diversão.

TABELA 11 – Principal interesse em frequentar esses lugares

	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Segurança	22	3,3	6	1,9	16	4,5
Fonte de água	3	0,5	---	---	3	0,8
Diversão	230	34,5	104	33,8	126	35,2
Bom para dormir	9	1,4	5	1,6	4	1,1
Comida	8	1,2	2	0,6	6	1,7

<sup>2</sup> Vide Tabela 1. Mesmo aqueles que consideram formativa o processo de inserção precoce no mundo do trabalho devem concordar que esse tipo de inserção marginal no mercado (lavando carros e mendigando) é negativamente instrutivo, isso não considerando aquelas atividades a que alguns podem se dedicar, mas que dificilmente serão verificadas pelo entrevistador, como é o caso da inserção no tráfico de entorpecentes, do assalto ou roubo.

Ponto de encontro de amigos	93	14,0	49	15,9	44	12,3
Possibilidade de ganhar dinheiro	234	35,1	126	40,9	108	30,2
Outro	21	3,2	3	1,0	18	5,0
NS	21	3,2	5	1,6	16	4,5
NR	25	3,8	8	2,6	17	4,7
<b>Total</b>	<b>666</b>	<b>100</b>	<b>308</b>	<b>100</b>	<b>358</b>	<b>100</b>

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

Foram encontradas crianças pequenas que saem às ruas junto aos seus pais nas actividades de venda ambulante, porém em geral estão ainda sob a supervisão de um adulto. Esse é também o caso da maior parte das meninas em situação de rua: estão vendendo coisas e com frequência acompanhadas pelas mães. Foram consideradas como estando em situação de rua quando a presença do adulto responsável é tão intermitente que a criança se vê exposta a um tempo demasiadamente longo de uma sociabilidade de rua sem a devida protecção.

É importante a leitura da correlação entre a idade e a actividade de pedir na medida em que pode nos aproximar dos diferentes focos sobre a legitimidade conferida pelo núcleo familiar às actividades dessa população. Mais de 70% da nossa população começa a trabalhar antes dos 15 anos, a mesma precocidade que iremos encontrar na iniciação sexual. Trata-se na verdade de um grupo social para o qual se suprime em larga medida a dimensão da infância e se lhes impõe um salto precoce à uma vida adulta.

TABELA 12 – Idade em que começou a trabalhar\*

<i>Faixas de Idade</i>	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
De 1 a 6 anos	40	9,7	8	4,1	32	14,6
De 7 a 11 anos	146	35,3	74	37,9	72	32,9
De 12 a 14 anos	120	29,0	59	30,3	61	27,9
De 15 a 17 anos	55	13,3	26	13,3	29	13,2
Não sabe	41	9,9	18	9,2	23	10,5
NR	12	2,9	10	5,1	2	0,9
<b>Total</b>	<b>414</b>	<b>100</b>	<b>195</b>	<b>100</b>	<b>219</b>	<b>100</b>

\* Somente para quem disse que realiza actividade para ganhar dinheiro

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

A irregularidade, a intermitência e a eventualidade são as marcas das actividades de

uma boa parte dessas crianças. Quando conseguem contabilizar o tempo despendido na actividade de busca de recursos, cerca de 30% dos inquiridos gastam em média quatro horas diárias. Os outros 30% que usam de seis à oito horas diárias em actividades de busca de recursos provavelmente constituem o universo das crianças em situação de rua sob a disciplina de pais que zelam mais pelo trabalho do que pela criança em sua integralidade.

TABELA 13 – Tempo dedicado à actividade principal\*

<i>Tempo</i>	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
De 1 a 2 horas	64	15,5	25	12,8	39	17,8
De 3 a 4 horas	96	23,2	43	22,1	53	24,2
De 5 a 6 horas	63	15,2	28	14,4	35	16,0
De 7 a 8 horas	69	16,7	32	16,4	37	16,9
De 9 a 10 horas	36	8,7	19	9,7	17	7,8
11 horas ou mais	12	2,9	7	3,6	5	2,3
NS	53	12,8	31	15,9	22	10,0
NR	21	5,1	10	5,1	11	5,0
<b>Total</b>	<b>414</b>	<b>100</b>	<b>195</b>	<b>100</b>	<b>219</b>	<b>100</b>

\* Somente para quem disse que realiza actividade para ganhar dinheiro

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

Mais de metade das crianças e adolescentes em situação de rua pode ser considerada criança trabalhadora. Se de forma mais extensa e abusiva considerarmos como trabalho toda busca de recursos monetários, a maior parte delas é encontrada desenvolvendo algum tipo de actividade ou se preparando para ganhar algum dinheiro, pode ser considerada criança trabalhadora de rua. Distinguem-se das demais crianças trabalhadoras pelo tipo de inserção informal no mercado de trabalho. Estão basicamente inseridos em circuitos de trabalho de prestação de serviços que envolvem elevadas exigências no estabelecimento de relações de reciprocidade ou numa relação parasitária com os focos de ostentação e circulação de recursos.

A actividade de busca de recursos monetários na rua está tão associada à liberdade da rua e contrastada com a disciplina exercida por adultos na família, em instituições ou espaços formativos que com frequência não é associada à noção de trabalho. As crianças de rua tendem a associar suas actividades a idêia de pouca disciplina, pequenos ganhos, que podem ser gastos com relativa autonomia em pequenos prazeres imediatos.

*Mas nem todos, estão na droga. Para muitos deles, posso te dizer que tipos de drogas usam: é um sanduíche, um cachorro quente, porque na casa dele ele não pode comer um. Porque na casa o pai não pode dar um. Se você quer saber: se deres a ele 10\$00 ou 20\$00 com esse dinheiro ele corre logo e vai comprar aquele lanche. (Entrevista com um representante de uma Instituição da Sociedade Civil, Mindelo, Janeiro de 2005).*

Resulta dessa busca de pequenos prazeres imediatos a resistência de parte dessas crianças em ingressarem em actividades formativas que implicaria no adiamento dos ganhos e na disciplina própria dos processos formativos.

*Algumas dessas crianças freqüentaram, outros nunca quiseram freqüentar o centro de Lem-cachorro porque não tinham nenhuma contra-partida para o que deixavam de ganhar no tempo em que eles que estavam na rua. Não ganhavam nada nesse centro, tinham apenas uma refeição, formação, escola e materiais escolar. Mas eles queriam dinheiro na mão. Então eles não paravam no centro. (Entrevista com técnica de uma Instituição Governamental, Praia, Janeiro de 2005).*

Se uma parte dessas crianças resiste a possibilidade de inserção em processos formativos é porque esse tempo de formação lhes seria roubado do extenso tempo de lazer combinado a busca de recursos.

Na ausência de uma estrutura formativa voltada para o projecto de si e para a colonização do futuro, o mundo parece demasiadamente instável e arriscado. Um empreendimento de buscar uma formação profissionalizante implica num adiamento arriscado de prazeres imediatos. Giddens (2002) associa a vontade de correr riscos calculados à confiança básica, e essa confiança a uma adequada relação com os pais na primeira infância.

*A estimativa do risco é crucial para a colonização do futuro; ao mesmo tempo, ela necessariamente abre o eu para o desconhecido. Há alguns ambientes de risco, onde o elemento de risco, no que diz respeito ao indivíduo em questão, pode ser calculado com bastante precisão. Mesmo nesse caso, e mesmo supondo que o elemento risco associado a uma actividade ou estratégia particular seja pequeno, ao reconhecê-lo o indivíduo é forçado a aceitar que qualquer situação apresentada poderia ser um dos casos em que as 'coisas dão errado'. Isso nem sempre será*

*problemático se a pessoa em questão tiver sentimentos bem estabelecidos de confiança básica. Se seus sentimentos de confiança básica forem frágeis, porém, até mesmo a contemplação de um pequeno risco, particularmente em relação a um objectivo acalentado, pode ser intolerável. (Giddens, 2002: 169).*

Inserido na indisciplina dos pequenos serviços, as crianças de rua não podem ser simplesmente transferidas para uma instituição de formação profissional. Todo um trabalho de geração da confiança básica e de produção da estrutura do projecto e do cuidado de si precisam ser inicializados por uma educação de rua ainda na rua. Daí o papel fundamental do educador de rua na preparação da retirada das crianças da situação de rua.

É necessário aqui o cuidado de considerar também que com frequência essas crianças contribuem em casa com os recursos amealhados pelo que o tempo de formação significaria menos recursos familiares nos já escassos, o que em alguns casos é inviável pela pressão dos adultos. Nesses casos projectos do tipo bolsa de estudo para o formando e a intervenção junto à família para a organização de actividades geradoras de rendimentos complementariam com eficiência o trabalho de educadores e assistentes sociais.

## **5.2 Renda**

O que se observa com a ausência do pai-provedor é a tentativa de preenchimento desse espaço através de filhos menores que saem à rua para buscar trabalho e contribuir para o rendimento familiar. A tabela 15 revela como é feita a distribuição do ganho das crianças em situação de rua, reforçando a hipótese da vinculação familiar da maior parte dessas crianças. Mais de 70% das crianças que em situação de rua trabalham trazem o resultado monetário do seu trabalho para a família.

TABELA 15 – Uso do dinheiro ganho\*

<i>Uso do dinheiro</i>	<i>Geral</i>	<i>Praia</i>	<i>Outros concelhos</i>
------------------------	--------------	--------------	-------------------------

	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Fica todo com ele	50	12,1	27	13,8	23	10,5
Entrega tudo para a família	153	37,0	88	45,1	65	29,7
Entrega parte para a família e fica com outra	149	36,0	56	28,7	93	42,5
Divide com os amigos na rua	4	1,0	1	,5	3	1,4
Entrega parte para outro adulto (pessoa que não é da família)	3	,7	1	,5	2	,9
Compra comida	27	6,5	11	5,6	16	7,3
Compra roupa	15	3,6	3	1,5	12	5,5
Compra droga	1	,2	---	---	1	,5
Joga batota	1	,2	---	---	1	,5
NR	11	2,7	8	4,1	3	1,4
<b>Total</b>	<b>414</b>	<b>100</b>	<b>195</b>	<b>100</b>	<b>219</b>	<b>100</b>

\* Somente para quem disse que realiza actividade para ganhar dinheiro

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

Para se avaliar o quanto é pertinente associar a situação de rua dessas crianças ao modo como apreciam a situação socio-económica de suas famílias basta verificar na tabela abaixo (tabela 16) que quase 30% delas apresenta a necessidade de ajudar em casa como a principal motivação para a ida à rua.

TABELA 16 – Motivo para ir a rua

	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Ajudar a família, para trabalhar, arrumar dinheiro	197	29,6	104	33,8	93	26,0
Expulso da família	4	0,6	2	0,6	2	0,6
Não tem família / não sente bem na família que tem	7	1,1	2	0,6	5	1,4
Maus tratos na família (fuga de situação de violência)	16	2,4	2	0,6	14	3,9
Ameaças na comunidade	2	0,3	1	0,3	1	0,3
Gosta / por opção	107	16,1	61	19,8	46	12,8
Acompanhar parentes na rua	17	2,6	6	1,9	11	3,1
Usar drogas	1	0,2	1	0,3	---	---
Pedir dinheiro	5	0,8	2	0,6	3	0,8
Comer	3	0,5	2	0,6	1	0,3
Outro	56	8,4	26	8,4	30	8,4
NS	39	5,9	14	4,5	25	7,0
NR	212	31,8	85	27,6	127	35,5
<b>Total</b>	<b>666</b>	<b>100</b>	<b>308</b>	<b>100</b>	<b>358</b>	<b>100</b>

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

Confirma-se, através dos dados quantitativos e qualitativos, a evidência de que grande parte das crianças está nas ruas por questões relativas ao seu sustento e de sua família.

As condições em que o trabalho infantil se desenvolve em comparação ao trabalho adulto se destacam: os ganhos não são fixos, a eventualidade é uma constante e o retorno monetário das actividades é oscilante, ocorrendo o mesmo com a remuneração dos pais. Na verdade essas crianças das classes menos desfavorecidas estão sendo preparadas de modo a aceitarem reproduzir a posição social ocupado por seus pais: frequentemente ausentes da família, inseridos em trabalhos precários e podendo permanecer desempregados por longos períodos.

A socialização na rua, as horas de permanência, a esperteza, a familiaridade com a situação, a descoberta de meios lícitos e ilícitos mais lucrativos são factores que contribuem para a obtenção de maiores ganhos, capacidades fundamentais a serem adquiridas quando o futuro que se anuncia é o da exclusão social.

## 6. Sexualidade, identidade e violência

A ausência de cuidados paternos e a carência material empurram as crianças para situações em que estão expostas a violência sexual. Este é o tema que estaremos desdobrando ao longo desta secção.

A violência sexual sofrida em casa, entre colegas, nas relações com adultos atinge seu ápice no contacto com o turismo. Tanto na Praia como em Mindelo e Sal, as crianças estão expostas ao circuito de uma sexualidade mercantilizada em torno de um certo turismo. Na capital, a zona do Prédio, suburbio de maior concentração de estrangeiros do bairro da Achada de Santo António, é também um dos territórios de maior concentração de crianças de rua. Ali coletamos relatos de crianças que são seduzidas e exploradas por estrangeiros.

*Havia uns estrangeiros que vinham, nos apanhavam e levavam-nos para a Gamboa. Faziam-nos ficar nus e tiravam-nos fotos. Pediam-nos para mostrar-lhes o pênis. Um deles chegou a levar muitos rapazinhos para o hotel, lá no Plateau. Fazia-se de doutor e nem doutor ele era. São aqueles homens “maricas”, tipos de homens que recebem pelo anús.*

Além de serem levadas a se entregarem fisicamente com frequência elas são utilizadas como intermediárias de circuitos que envolvem adolescentes e adultos em prostituição. Estrangeiros residentes pedem a essas crianças que façam chegar até eles meninas com quem podem ter relações sexuais. A criança de rua recebe algum dinheiro do aliciador e da própria menina por essa intermediação.

Porém, de forma alguma queremos nesse tópico sugerir que a violência sexual sofrida pelas crianças em situação de rua se resume ao aliciamento por estrangeiros. É de adultos locais que vem a maior frequência de situações de abuso sexual. Como fica claro no seguinte extrato de uma reunião de grupo focal realizada na Praia:

*No nosso meio tem um rapazinho, amigo nosso, que já foi violado. Ele é da Guiné, é negro. Eu pedi que ele viesse, mas não veio. Ele está lá em baixo.*

*É mandjaco. Deve ter uns 11 ou 12 anos mais ou menos. Esses casos acontecem sempre. Sempre que eles encontram meninos de rua deitados no chão, eles pegam e se aproveitam.*

As entrevistas, tanto com crianças em situação de rua como aquelas com agentes que têm vínculos profissionais com elas, passam a imagem das noites de rua como cenários de presas e predadores.

*Eu já tive conversas com crianças de rua que me contaram isso: que foram violadas por colegas mais velhos, aqui do Sucupira... haviam duas crianças que dormiam em baixo do carro na rua em frente ao lugar onde eu trabalhava. Pela manhã eu dava-lhes pão, então nos começávamos a conversar e eles contavam que dormiam com pedras para se defenderem de possíveis violações.*

Nos relatos das crianças da Praia, não apenas homens, mas também mulheres fazem uso de estratégias monetárias de aliciamento para um misto de violência física simbólica:

*(...) quer mulheres mais velha, quer aquelas que têm um homem em casa que já está um pouco mais velho do que ela. Eu conheço muitos casos destes em que mulheres se envolvem com rapazinhos e também homens velhos que procuram meninas mais novinhas afim de lhes satisfazerem no sexo. Todo isso em troca de dinheiro. Neste mundo, o que está mais envolvido é o dinheiro que acaba por enganar muitas pessoas.*

O mundo das crianças de rua é, sobretudo o mundo do aliciamento. Por poucos trocados, almas são mutiladas, corpos profanados, estruturas de cuidado de si são desmanteladas na destruição das razões para o respeito por si próprio. As crianças de rua da Praia clamam:

*que o governo deve olhar para esse lado... tem acontecido, sim de um homem apanhar meninos na rua prometendo dar-lhes comida e acabam por ter sexo com ele. Isso não é concebível. Já houve acasos de homens que usam esta estratégia para se aproveitar desse inocente sexualmente. Isso eu acho que não é aceitável, eu fico triste. Tem um tipo que apanhou uns rapazinhos menores de 18 anos levou para o interior de Santiago e foi ter sexo.*

## ***6.1 Identidades construídas sob o pano de fundo da violência sexual***

A desagregação das estruturas familiares extensas joga esses meninos de classes populares nas ruas livres das regras tradicionais e da submissão à autoridade parental, mas destituídos de projectos pós-juvenis. Na rua, essas crianças e adolescentes deparam-se com um cotidiano que associa sexo e violência, num regime de erotização essencialmente altrucída, em que o desejo se realiza no esmagamento do lugar do Outro. O objecto do desejo é exactamente reduzido à condição de objecto, destituído do lugar de sujeito, da condição de alguém em posição simétrica e demandando uma postura dialógica de negociação das circunstâncias e modalidades do prazer.

As narrativas das crianças e adolescentes sobre sexualidade e violência em situação de rua são impressionantes. Em Mindelo, numa reunião com uma dúzia de garotos entre dez e quinze anos, nove deles demonstraram um convívio intenso, pessoal e traumatizante com cenários de violência sexual:

*Na morada tinha alguns rapazes que andavam com fome e apareciam uns rapazes lá para bandas do pelourinho. Eram mais grandes, davam-lhes dinheiro em troca de relações sexuais. Eu ia os via fazendo sexo. Um dia eles correm atrás de mim e corri para não me pegarem. Um dia um deles quis ter relações comigo e eu disse para ele que eu não queria. Ele me caçou a força. Nesse momento apareceu um policia e eu contei o que estava acontecendo: que o rapaz pretendia me violar. Apanharam esse rapaz e levaram para a cadeia. Tinha uma menininha que eles levavam em grupo para um bote e iam ter fazer relações sexuais, depois vinham.*

A Morada, em Mindelo, carrega algumas peculiaridades quanto ao regime de erotização e violência a que as crianças de rua estão submetidas. Na medida em que o grupo de trinta crianças mais permanentemente abrigadas na rua são todas conhecidas pelos adultos ou quase adultos de rua, elas são sistematicamente caçadas em seus lugares de abrigo. Nas palavras de um encarcerado que tendo crescido entre as ruas e as instituições de acolhimento, conhece como ninguém a lógica de acção nas ruas de Mindelo:

*Bom eu quando estava na rua conhecia uma boa porção de criança na rua, (cita nomes) e outras, que eram “crianças sofridas” quando dormiam na*

*rua. Os mais grandes encontrava-lhes a dormir e faziam-lhes relações no cú, faziam sexo oral também. Faziam uns bocados dessas coisas na rua. Os mais grande é que faziam com os mais pequenos. Como os mais pequenos vem com aquelas traumas na cabeça, com medo de dizer a policia o que lhes acontecia. O maior podia depois lhes encher de pancadas caso denunciassem. Assim, por exemplo, se quando eu era menor fizeram isso comigo, agora que sou maior vou me vingar nesses menores. Na nossa sociedade aqui no Mindelo já está incutido na mente dos maiores em relação aos menores, essa coisa não acaba.*

A improbabilidade da personalidade estruturada sobre princípios do “cuidado de si” se exacerba na medida do grau de ruptura com a estrutura familiar até chegar a um ponto de desterritorialização que se aproxima da estrutura suicida do “estar jogado à sorte” e aos prazeres dos outros. Com freqüência encontramos na rua meninos que são objetos sistemáticos de violação e são conhecidos por nomes como “Frutinha” ou “Cavalona”, nomes-índices do grau de desmantelamento da estrutura de autoproteção:

*Lá tem uma caserna onde tem muitos rapazes pandeleiros que fazem sexo pelo ânus. Tem um rapaz chamado Cavalona, esse sempre os rapazes lhe faziam pelo anus. Ele é meio doido e nem usavam a camisinha, faziam na cara padre.*

De outro lado, é também comum a figura do esturador sistemático que durante um tempo longo violenta um sem número de crianças até que o escândalo chega a sensibilidade da polícia:

*Eu estava há tempos na Morada e todos os domingos eu ia tomar banho na praia da Lajinha. Ali tinha um moço que tinha violado uma menina numa casa grande abandonada que tem muitos quartos. Ele tinha o habito de pegar as meninas e levar a força para essa casa abandonada. Um dia eu estava passando na Morada, ele me viu e correu a traz de mim e me atirou pedradas. No outro dia ele me viu e pediu-me que fosse lhe catar umas latas. Ele tentou me violentar e eu fugi. Depois ele encontrou um outro rapazinho, colega meu, e pediu-lhe que fosse catar latas para ele. Os dois foram juntos, não sei o que eles foram fazer. Depois vi o Alex que vinha desse lugar e lhe perguntei o que acontecia ali. Ele me disse que faziam relações sexuais. Então eu e o Alex fomos vigiar esse lugar onde fica essa casa abandonada. Passou uma menina, ele agarrou nessa menina e colocou dentro de casa. Então fomos avisar a policia que veio e o levou para a cadeia.*

A maior parte das crianças nessas circunstâncias faz um intenso uso da polícia para

se proteger da violação, mas para algumas as práticas de cuidado de si entram em choque com as carências de recursos e tendem a ceder sob a pressão da injunção ao consumo de drogas. É quando se consolida um *modus vivendi* de uma sexualidade banalizada em seres jogados à sorte:

*Um dia eu estava a jogar carta com os meus colegas, jogávamos 31, quem perder toma pelo anus. Um dia eu fiquei. Nós éramos três que íamos jogar. Eu joguei com um rapaz grande. Então fiquei com trinta pontos o outro que chama Nando, ele não é bom de cabeça, ele pediu mais carta... eu fiquei com trinta pontos e o outro que não é bom de cabeça pediu mais carta. Deram-lhe um sete e ele disse já fiquei! Já fiquei! Mas ele tinha 27 pontos, eu tinha 30 .*

Uma subjetivação da sexualidade construída no mesmo cenário de uma cultura da agressividade e da violência que fica mais bem traduzida nos dados qualitativos colectados através dos grupos focais do que pelos quadros quantitativos. Enquanto nos questionários mais de 90% dos entrevistados diz nunca ter sofrido violência sexual, num grupo focal reunido de forma aleatória, nove das doze crianças reunidas, fizeram vários relatos de abusos sexuais sofridos.

TABELA 17 – Sofreu violência sexual

	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Uma vez	20	3,0	10	3,2	10	2,8
Algumas vezes	18	2,7	8	2,6	10	2,8
Muitas vezes	9	1,4	5	1,6	4	1,1
Nunca	601	90,2	278	90,3	323	90,2
NS	4	0,6	---	---	4	1,1
NR	14	2,1	7	2,3	7	2,0
<b>Total</b>	<b>666</b>	<b>100</b>	<b>308</b>	<b>100</b>	<b>358</b>	<b>100</b>

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

Para o jovem do sexo masculino, a primazia do corpo e dos prazeres imediatos substitui o modo como a honra codificava a construção da virilidade no sistema moral tradicional. Particularmente presentes nas induções ao consumo ostentatório de marcas de

grife, na assimilação de modelos de usos do corpo propostos pelos filmes pornográficos e filmes de violência física, toda uma retórica da masculinidade vem colonizando o imaginário juvenil de poderosas imagens de realização pessoal imediata, desprovida de projectos.

*Eu passei a dormir na Morada, porque a minha mãe me batia. Um dia então fugi. Fiquei por mais de ano a dormir debaixo de um bote. Uma vez chego lá um grupo de rapazes querendo me forçar a ter relações sexuais pelo anus. Então sai dali e chamei um moço da judiciária chamado Bruno e lhe contei. Ele me colocou no carro e me levou para a casa. A minha mãe voltou a me bater de chicote de fio eléctrico. Regressei para a Morada. Fiquei lá por um mês e tal. Passei a dormir debaixo de um bote de novo. Aqueles rapazes me incomodavam atirando pedradas em cima do bote onde eu me encontrava. Um dia pegaram-me a força e violaram-me (nesse momento da entrevista a criança começa a chorar).*

No centro de um agenciamento da subjectividade juvenil, que tem seus ícones na violência física (exercida sem pudores contra os meninos menores e contra as meninas), nos exercícios físicos, nas técnicas de conquista e controle da dimensão feminina das relações sociais, nos rituais sexuais construídos sob uma modalidade mais próxima do desempenho físico do que da comunhão sentimental, está uma construção do prazer sexual fundamentalmente altrucída. Trata-se de fazer *outrem* (o parceiro da relação) desmoronar. O resultado final é o definhamento das relações humanas, que desprovidas de intimidade transforma-se em mero exercício físico e demonstração de poder viril.

Esse processo de definhamento das relações humanas que culmina numa sexualidade brutalmente altrucida já começa em casa. Mesmo quando as crianças não são vítimas direta do abuso por parte dos membros da família, já são ali violentadas pela percepção do “estar jogado a sorte”, como no caso dessas crianças cujo pai fica sabendo que de um violação ocorrido com elas e não dá a menor atenção ao caso:

*Meu pai não gostava de nos. Sempre nos jogava na rua. Nos éramos três (eu e as minhas irmãs). Ele nos batia e não nos dava comida. Ele mandava-nos, não fazíamos e colocou-nos na rua. Ficamos a dormir na rua eu e as minhas duas irmãs. Dois rapazes quiseram violar as minhas duas irmãs. Bati-lhe na cabeça com uma pedrada, mas mesmo assim eles conseguiram*

*ter relações com as minhas irmãs. Tive de ir correndo chamar a policia. Quando a policia chegou, as minhas duas irmãs já não se encontravam no local. Depois de alguns dias as minhas duas irmãs apareceram. Elas me disseram que aqueles rapazes já tinha feito delas muitas coisas. Fomos para a casa do nosso pai e contamos o sucedido. Ele não deu nenhuma importância. Decidimos ir a casa da nossa mãe e contamos-lhe o que aconteceu. Ela quis colocar-nos na casa dela, mas o padrasto não quis. Fomos de novo à casa do nosso pai e ele de novo nos botou na rua. Ficamos dormindo todos os dias na rua até que uma pessoa da Ribeira Bote tomou as minhas duas irmãs. Fiquei sozinho na rua. Com 12 anos estava ainda na rua. Fiquei cerca de dois anos e cinco meses na rua. Depois vim a conhecer os “Irmãos unidos”.*

*Quando a minha mãe saia para ir ao trabalho, eu aproveitava e fugia e ia lá para os lados da Lajinha. Lá encontrei um senhor com pistola na mão apontando para os miúdos obrigando-os a ter relações com ele. Quiseram ter relações comigo e rejeitei. Correram atrás de mim. Consegui alcançar um policia. Contei a ele e ele nem deu importância e foi embora. Então eles me pegaram e me amarraram com a mão atrás das costas me colocaram dentro daquela casa amarrado num poste. Depois sai dali.*

O resto da sociedade chega atrasada ao lugar da rua:

*Eu andava lá pelas bandas de Djisal pedindo pão. Tem lá um moço que me pegava e ia fazer relações sexuais. Ele me levava à força num local isolado depois eu saia correndo e ia avisar as pessoas o que esse moço me fez. As pessoas iam, mas não lhe encontravam.*

Sob essa cultura da violência sexual que em verdade já inicia em casa, é improvável que as relações sexuais demandem estruturas de interacções reflexivas que possam favorecer o “cuidado de si”. O sexo que se faz como um assalto ao prazer e se confunde com o desmantelamento do Outro enquanto sujeito é suficientemente voraz para ser suicida e prescinde da estrutura do projecto.

Do conjunto das possibilidades de crianças estarem em situação de risco, a situação de rua apresenta a peculiaridade do risco vinculado à destituição da condição de sujeito no tratamento simultaneamente brutal e anônimo.

## 7. A vulnerabilidade ao SIDA

### 7.1 Turismo sexual infanticida: uma questão de segurança nacional.

Em tempos de SIDA, uma sociedade que permite que suas crianças estejam em contato pessoal e indiscriminado com turistas é uma sociedade infanticida.

*Eu me lembro de uma menina de 15 anos, eu e ela estávamos sempre juntos. Quando ela via um turista se aproximava. Os turistas levavam-na a sair para um local isolado na Baía. Quando terminavam a menina vinha eu perguntava o que foram fazer. A menina dizia-me que foram ter relações sexuais. Todas às vezes era assim. Um dia vi essa menina com um rapaz e perguntei a ela quem era o rapaz. E ela contou-me que era o irmão dela. Então um dia apareceram dois turistas que circulavam num iate. Vieram e “deram fala” à menina e foram numa zona chamada Calhau. E fizeram tudo enquanto com eles. Um deles pagou e o outro não quis pagar. Então foram contar a policia mais no outro dia, quando a polícia chegou, os turistas já tinham ido embora. Foi tarde de mais!*

Foi tarde de mais! A conclusão do relato dessa criança de treze anos denuncia a possibilidade de que venha a ser tarde de mais. O relato acusa o presságio de que existe o risco de que insistamos em chagar tarde de mais! Mesmo que nos subtraíssemos as responsabilidades morais e humanísticas que nos impõe de forma incontornável, uma economia dos riscos nos demandaria medidas urgentes diante dos relatos dessas crianças:

*Na Ribeira de Bote eu andava junto com um casal turista. Dormia no meio deles. Um dia a estrangeira saiu e foi fazer compra para o almoço. O marido da mulher quis me violar. Ele me deitou na cama, me colocou uma coisa na boca de maneira que eu não gritasse. Quando ia me forçar sentiu que a esposa ia chega e me tirou o pano da boca. Ele me ameaçou que caso eu contasse para a esposa dele que ele me faria algo pior. Fiquei de boca calada. Ele me tirou a roupa e me fez relações sexual no anus. Eu abri a porta e corri. Nunca mais apareci por lá. Eu e a mulher estrangeira continuamos amigos. Acho que agora eles foram embora.*

Nessas circunstâncias o determinante do grau de anomia social não é a quantidade de informação disponível, mas sim a forma como a produção exacerbada das necessidades

se conjuga a uma distribuição desigual de recursos de tal modo que uma parte da sociedade se vê realizada na outra como num espelho invertido. Os despreveligiados convivem ao lado dos que podem ostentar os signos do consumismo, imagens de um desejo de ser que é simultaneamente um padrão, uma norma e uma impossibilidade de realização. Qualquer análise sociológica que visualize nesse sujeito fracassado, compulsivo e obstruído, um grau maior de liberdade de escolhas em função das informações disponíveis do que um constrangimento por parte das estruturas sociais é uma divagação sem foco.

Da mesma forma que os pais que enxotam suas crianças, o padrasto que não permite que a esposa receba em casa os filhos do primeiro casamento, desenraizados do quadro tradicional de obrigações familiares, das regras costumeiras de reciprocidade e dos sistemas de complementaridade que modulavam lógicas de acções que carregavam princípios de inclusão social, estão jogados numa modernidade cega, individualista e selvagem. Nem a reflexividade de Giddens (1992), nem a dialogia de Habermas, trata-se de um mundo social desprovido de racionalidade portanto, de um mundo que incapaz de colonizar seu próprio futuro se submete aos riscos dos outros. Os inseridos na modernidade periférica constituem sociedades ganhadoras de riscos. Turistas que infestam as praias de relações promíscuas com as crianças de Mindelo indicam bem um modo de inserção na globalização: aquela que assume os riscos biológicos e a degradação moral a um preço irrisório. O processo global de distribuição desigual dos riscos e dos lixos produzidos pela locomotiva da modernidade globalizada engendra nas diferentes sociedades diferentes graus de reflexividade e, portanto de domínio sobre os riscos e sobre o futuro. O processo de transferência de riscos do centro do processo de globalização para a periferia da modernidade ganha modalidades dramáticas na sua dimensão de turismo sexual. Nas engrenagens dessa inserção perversa no turismo global, as crianças de rua, são, nos termos de Bauman, reduzidos a condição de lixo humano.

Instigado sobre a possibilidade de violação sexual de crianças por turistas, um representante da polícia didaticamente nos ensinou os procedimentos:

*Quanto a esses casos nós não temos muita informação a transmitir. Nós suspeitamos de alguns casos mais não temos dados concretos sobre essa matéria. Como eu disse nos não temos nenhuma investigação nesse sentido, embora saibamos que moças e crianças andam em prostituição. Se o ICM tiver conhecimento do caso, pode denunciar aos policias, que nós investigaremos os casos. Pode denunciar através da policia ou do ministério*

*publico.*

Mas o carácter desenfocado da atuação policial é bem percebida pela sociedade civil atenta aos problemas da infância em situação de rua:

*Eu para ser sincero desacordo a 100% com a forma como as policcias actuam, da brutalidade dos policcias. Muitas vezes usam a força. Eu acho que deveriam ter uma forma mais pedagógica de actuarem. Quando começamos o projecto eu me lembro que as crianças chamavam a algo de babilónia. Eu não sabia o que era a babilónia. Chamavam os policcias desse nome. Bastava uma dessas crianças chamarem por esse nome que todo o mundo entrava em pânico e automaticamente se silenciava. Vim a descobrir que babilónia é a forma como eles chamam os policcias. Então tive de fazer um trabalho para mostrar que realmente a policia não é nossa inimiga, mas eles sempre batiam na mesma tecla. Eles não acreditam em nós. (Representante de uma Instituição não governamental que lida com crianças em situação de rua, Mindelo, janeiro de 2005).*

Enquanto crimes de elevadíssimo grau de riscos correm como rumores envolta das crianças em situação de rua, a investigação policial tende a se deliciar descobrindo o paradeiro de pequenos furtos, corrigindo e castigando esses meninos a revelia das leis de protecção à infância. É claro que o ataque que essas crianças fazem ao patrimônio (pequenos furtos) ecoa, numa sociedade em corrida compulsiva em direção à propriedade e ao consumo, num tom mais elevado do que a sensibilidade à possibilidade da propagação do SIDA por vias da violação sexual de crianças por turistas, meninos maiores e adultos.

Poderíamos falar de duas configurações de vulnerabilidade das crianças em situação de rua com relação à SIDA e as IST em geral. Uma particular às regiões de contacto com o turismo e uma outra mais geral que tem a ver com o que chamaríamos de erotismo de rua. Debruçamos-nos, nessa secção na análise da forma mais específica de vulnerabilidade: o contacto das crianças com o turismo. Três sistemas de observação destacam essa vulnerabilidade: as próprias crianças em situação de rua, as instituições que trabalham com as crianças de rua e os estabelecimentos privados de relação com o turismo que se vêem perturbados pela presença das crianças. Desde essa última perspectiva podemos observar:

*Quando o turista passa nesta zona, aparecem nos carros, homens de certa idade, já de terceira idade, ou até mais jovens que colocam esses rapazinhos dentro do carro e saem, por exemplo, logo de manhã fazendo toda uma*

*trajectória em volta da ilha. Na volta uma parte das crianças fica aqui nessa esplanada e outras eles levam pra Santa Maria. Podem até envolver-se com esses meninos durante essa trajectória. (Agente de um estabelecimento comercial, Sal, janeiro de 2005).*

Se dos circuitos comerciais observa-se os movimentos e perigos que rondam os trajetos, das instituições de contacto mais íntimo com as crianças em situação de rua emergem relatos:

*Olha para te falar de um caso concreto: atendi um rapaz de 12 anos uma vez que foi abordado por um turista para sexo oral em troca de 200\$00. Eu fiquei surpreendida na altura eu falei com o ICM que nos tínhamos que fazer alguma coisa em relação aos turistas porque essas crianças podem ter a qualquer hora ser objecto sexual dos turistas. (Agente de uma Organização Não-Governamental, Sal).*

Não apenas como objetos de relações, as crianças são também exploradas como mediadoras em relações de prostituição que com frequência envolvem outras meninas que não atingiram ainda os dezoito anos:

*A maioria dos turistas quando chegam aqui, nos os garotos pedimos dinheiro e eles nos dão. Acostuma-se conosco e quando ele quer fazer sexo pede-nos para lhes arranjar uma prostituta para se relacionar. Chegamos junto a uma prostituta dizendo: olha tem um estrangeiro que quer falar contigo. Ela mais ou menos já sabe o que é. “Dou-te uma metade agora e quando esse amigo fechar o negocio comigo te dou a outra metade”. É assim que fechamos o negocio na praça.*

## ***7.2 A improbabilidade da estrutura do cuidado de si no erotismo de rua.***

Sob esse regime de subjetivação a sexualidade torna-se um espaço de interacção pouco reflexivo para os tempos da AIDS. No limite a AIDS se transforma é apenas mais um índice de um intenso processo de degradação física que completa o enfraquecimento imposto pela conjugação de sexo desregulado, violência física e drogas.

*- Na aldeia tem uma caserna que tem lá uns rapazes ‘panuleiros’ que fazem sexo pelo ânus. Lá tem vários nessa vida... Tem um rapaz chamado Cavalona. Esse, todos os rapazes fodiam. É meio doido.*

- *Usavam camisinha?*
- *Que camisinha?! Ninguém usa camisinha! Fodem na cara podre. São uns grupos que se encontram lá nessa vida.*

Tanto no que se refere ao consumo de drogas como na sexualidade de risco, os dados do questionário estruturado precisam ser relativizados a luz das entrevistas em profundidade e grupos focais. Em condições melhor adequadas para a abordagem a questões fórum íntimo é possível superar as estratégias de autodefesa e preservação diante de um interlocutor desconhecido.

Fica claro então como a carreira moral que vai dos cuidados domésticos à destruição de toda a estrutura do cuidado possui alguns nódulos decisivos, correlacionados ao consumo de drogas e à sexualidade precoce. A trajetória mais típica tem seu início nos territórios de rua ainda incrustados nos bairros periféricos, em que a criança ainda em casa, sofre com os colegas de bairro o processo de iniciação no consumo de drogas. A ruptura com a família é com frequência conseqüência da intensificação do consumo. Nos relata uma menina de um desse tipo de bairros periféricos e que atualmente está institucionalizada:

*Eu conheço um rapazinho, em que morava com a mãe (...) depois então ele fugiu de casa, acabou ficando na rua. Faz assaltos, apanha coisas para vender para ir comprar drogas.*

Na iniciação que acontece quando a criança já está na rua, colegas mais velhos e traficantes adultos têm um papel fundamental. Começam por inserir a criança no circuito do tráfico como intermediária que transporta pequenas quantidade sem grandes riscos:

*Todos os dias, um grupo de meninos que me davam 1000\$00 para ir comprar drogas. Eu dizia que não ia, mas eles me obrigam a ir a força. Um dia apanhei o dinheiro atirei no chão, eles tornaram a insistir me obrigando a ir comprar a força. Disse que não ia e então eles me avisaram que iam me matar. Nunca mais apareci lá. Eles queriam me mandar comprar a droga lá pelos lados da Ribeirinha.*

As resistências ao consumo terminam quando a droga entra no *ethos* do pequeno grupo passando a significar pertencimento, a proporcionar o visto de entrada e a fazer merecer o respeito e a solidariedade grupal:

*Na zona de monte sossego tem um lugar que vende palhinha, cocaína (...) tinha um grupinho de meninos meus colegas que usavam de droga. Iam comprar nesse lugar. Eu ia junto com eles e eles me metiam para fumar com eles. Muitas maltas iam comprar drogas e fumavam ali mesmo, começavam a entrar em paranóia atirando pedras, trocando pancadas, quebravam as cabinas telefônicas.*

Quando não são os colegas mais velhos, são as prostitutas que usam as crianças como transportadoras em troca de pequenas quantias (que vez por outra pode ser da própria droga).

Nesse ambiente de destruição sistemática da estrutura do cuidado, o HIV- SIDA é uma conseqüência que se pode prever, um acidente a espreita, num cotidiano de alto risco. Assim um dos presos que entrevistamos e que percorreu toda essa carreira na forma como aqui tipificamos alerta:

*Há crianças que já se dirigem para a cocaína, há outras que vão para a heroína. Para aquelas que se dirige para a heroína a transmissão pelo HIV é mais fácil do que aquelas que estão na cocaína. Eu acho que o ICM deveria criar uma casa longe da cidade para albergar essas crianças que já estão a enveredar para droga. Tem de ser de difícil acesso, em que teriam de fazer um grande percurso até a cidade tanto na ida, como no regresso para esse local. No consumo de drogas eles estão todos ali associados grandes e pequenos. Por exemplo, primeiro usam heroína na (...), depois na seringa, que é injetada nas veias. Se o mais grande consome diante da criança então aquele mais grande caso tenha esse vírus ao acabar de consumir fica ali uma dose dentro dessa seringa e o mais pequeno junto dele, com a ânsia de usar, e com essa dose dentro da seringa vai dizer: 'mete na minha veia'. Inocentemente (...) logo fica contaminado.*

Nessas circunstâncias fica claro que o uso de entorpecentes, a exploração sexual e outras modalidades de uma sexualidade de risco são constantes no cotidiano dessas crianças.

Tanto nos grupos focais realizados em Mindelo como no da Praia, se frisou o contacto sexual com turistas, o abuso sexual dos maiores e a exploração sexual.

*Um dia sai de casa. Fugi então a minha mãe foi a minha procura então o meu padrasto encontrou comigo, me deu pontapé nas polpas e me levou para a casa, ele me levou lá em cima da casa e me deu com um balde de água, me despiu as roupas e me deixou lá. A minha mãe saiu, então aproveitei para fugir, fui de novo naquela casa onde eu estava dormindo lá no quarto de uns rapazes. Então eles quiseram violar-me, resolvi sair de lá. A minha mãe me levou de novo para casa, me batia com pau, eu fugia, o meu padrasto me pegava logo e me levava para a casa, deixando ai sem comer. Eu tentava saltar aquela parede, mas não conseguia, depois tornei a sair de casa. Um dia, fui num campo jogar com uns rapazes. Um rapaz me chamou e disse-me para irmos fazer uma comida. Mas ele estava a me enganar, então ele foi me fazer “coisas que não pode ser” por trás.*

Nota-se que as crianças em situação de rua em Cabo Verde têm uma iniciação sexual precoce, permanecem tendo relações sexuais e são vítimas e exercitam com frequência a violência sexual sobre os mais velhos sobre os mais jovens. Conforme a tabela abaixo (tabela18), mais de 70% do nosso público alvo teve a sua iniciação sexual quando dos 14 anos.

TABELA 18 – Idade na primeira relação sexual\*

	Geral		Praia		Outros concelhos	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
De 4 a 6 anos	8	3,2	2	1,9	6	4,1
De 7 a 11 anos	82	32,5	36	34,6	46	31,1
De 12 a 14 anos	92	36,5	34	32,7	58	39,2
De 15 a 17 anos	42	16,7	25	24,0	17	11,5
NS	26	10,3	6	5,8	20	13,5
NR	2	0,8	1	1,0	1	0,7
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>100</b>	<b>104</b>	<b>100</b>	<b>148</b>	<b>100</b>

\* Apenas para maior de 10 anos que responderam que já fizeram sexo

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

Por outro lado a utilização do preservativo tende a ser inconstante ou não usual. Mais de 57% dos entrevistados que já tiveram relações sexuais nunca usaram ou utilizam

de vez em quando o preservativo.

TABELA 19 – Uso do preservativo como método anticoncepcional\*

	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sempre	89	35,3	41	39,4	48	32,4
Na maioria das vezes	10	4,0	3	2,9	7	4,7
De vez em quando	36	14,3	16	15,4	20	13,5
Nunca	108	42,9	40	38,5	68	45,9
NR	9	3,6	4	3,8	5	3,4
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>100</b>	<b>104</b>	<b>100</b>	<b>148</b>	<b>100</b>

\* Apenas para maior de 10 anos que responderam que já fizeram sexo

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

Acresce-se a esse quadro de uma iniciação sexual extremamente vulnerável, a propagação do consumo de entorpecentes.

*Neste momento em São Vicente há uma propagação de drogas muito forte. Há crianças que se dirigem para cocaína. Outras que se dirigem para a heroína. Para aqueles que se dirige para a heroína a transmissão do HIV é mais fácil do que aquelas que estão na cocaína... Estão todos ali associados, grandes e pequenos. Primeiro começam a fumar na prata, depois na seringa que é injetada nas veias. Se um grande consome diante da criança e aquele grande tem esse vírus sempre acaba por ficar uma dose dentro daquela seringa. Aquela criança automaticamente já pretende usar também para experimentar. Então pede: “deixa-me meter nas minhas veias”. Essa criança inocente automaticamente injeta essa dose, usada já por esse mais velho.*

Contrariamente ao que tem sugerido as análises sociológicas de Giddens, se impõe constatar que a inserção periférica na globalização longe de incrementar a reflexividade dos sujeitos sociais, tem significado, para o amplo contingente dos marginalizados, uma subtração do controle sobre o futuro e seus ricos se comparado aos cenários tradicionais de enquadramentos dos enfrentamentos sociais mais prementes.

Nas famílias de classe popular em que chefe de família mais relapso com relação à educação dos filhos podia ser chamado à atenção pela avó da criança, por tio ou um

vizinho, só podemos ver perda de reflexividade e capacidade de colonizar o futuro, a possibilidade de que um pai fique indiferente à violação sexual da própria filha.

Indivíduos submetidas a fortes pressões consumistas simultaneamente à uma precarização sem precedentes de suas condições sociais de existência e reprodução familiar, são, nos termos de Lasch, **perdedores de reflexividade**. Pressionados pela necessidade premente, os sujeitos da modernidade periférica, são, nas situações mais comuns, levados a atirarem-se sobre os raros recursos sociais disponíveis sem nem grau de distanciamento reflexivo, sob o peso de uma urgência que confunde o Eu, o desejo e o objecto de desejo. Nesse amalgamento voraz, informações, sobre os riscos do SIDA, por exemplo, não podem ser processadas em termos de reflexão condutora de decisões voltadas para o cuidado de si e menos ainda de outrem. É assim que os marginalizados de rua quando se atiram sobre os meninos mais indefesos estão completamente cegos pela voracidade sádica e suicida. Nos termos de uma das crianças entrevistadas falando sobre a violação dos meninos menores pelos maiores: “Que Camisinha!? Vão na cara-podre!”

Se as autoridades não têm explicitado muita consciência dos riscos a que essas crianças estão expostas, elas mesmas tendem também a não se perceberem sob riscos com relação ao SIDA. Apenas 8% dos entrevistados já se viu em algum momento sob o risco do contágio.

TABELA 20 – Risco de pegar SIDA\*

	<i>Geral</i>		<i>Praia</i>		<i>Outros concelhos</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	50	8,0	20	6,8	30	9,1
Não	516	82,7	248	84,6	268	81,0
NR	58	9,3	25	8,5	33	10,0
<b>Total</b>	<b>624</b>	<b>100</b>	<b>293</b>	<b>100</b>	<b>331</b>	<b>100</b>

\* Apenas para maiores de 10 anos

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, março 2005.

Os dados sobre as atitudes e informações sobre o VIH pode não ser referido no texto, já que está nas tabelas anexas. Mas talvez uma frase, inserida no texto acima, que recapitule que a esse nível não há assim tantos problemas (mesmo em relação à população em geral). Também não sei se vale a pena cruzar com idade e escolaridade, mas deve ser o chapa.). Em relação ao preservativo, para além de evidenciar o uso (ou pouco uso!) será que foi sondado o acesso?

## 8. Cartografia Institucional

Uma segunda dimensão desta pesquisa emerge das entrevistas com representantes de vinte e uma instituições que de forma mais ou menos sistemática trabalham directamente com ou objectivam vir a actuar junto às crianças em situação de rua. Dentre esses entrevistados, oito são representantes de organizações ou instituições não-governamentais e os outros treze são representantes de órgãos governamentais.

### Representações Não-Governamentais

1	Associação Crianças Desfavorecidas – Acrides (Praia)
2	Irmãos Unidos (S. Vicente)
3	Associação Anjinhos (Assomada)
4	Rede “Nos Crianças” (Mindelo)
5	Operação Carinho (Mindelo)
6	Associação pelos Direitos das Crianças e da Família de Cabo Verde (Mindelo)
7	Associação de Capoeira Liberdade de Expressão (Mindelo)
8	Associação “Chã de Matias” (Espargos)
9	Gerência da Esplanada bom dia (Espargos)
10	Gerência da Esplanada Mateus (Santa Maria)

### Representações Governamentais

1	Instituto Cabo-verdiano de Menores Sede (Praia) e Delegações (S. Vicente, Sal, Santa Catarina )
2	Polícia Judiciária – Ilha do sal
3	Polícia de Ordem Pública – Ilha do Sal
4	Polícia de Ordem Pública da Praia
5	Representação da Câmara da Praia
6	Representação da Câmara de Mindelo
7	Direcção do Centro nho djunga

8	Polícia judiciária (Mindelo)
9	Polícia de Ordem Pública (Assomada)
10	Direcção Geral dos Serviços Penitenciários e Reinserção Social (Praia)
11	Promoção social (Assomada)

As instituições em cujos programas se inscrevem de alguma forma, a possibilidade de actuação junto a esses sujeitos que são as crianças e adolescentes em situação de rua tendem a constituir modos peculiares de percepção sistemática do fenómeno. A cartografia institucional que aqui se esboça tem seu início com a reconstituição desse modo institucional de percepção que é parte da construção social da problemática.

Em relação à dificuldade de pesquisar todo o universo de instituições envolvidas com a problemática, optamos por seleccionar uma amostra deste universo em cada concelho. A partir do mapeamento, obtemos os indicadores de que instituições têm um contacto mais intenso com essas crianças, sejam elas instituições governamentais ou não-governamentais. Na definição do número de entrevistados por concelho, seguimos Marre (1991) segundo o qual esse tipo de amostra não demanda necessariamente um cálculo estatístico, mas pode ser qualitativamente escolhida. Ainda conforme Marre, há dois conceitos que podem ser levados em consideração para a escolha da amostra: o de *diversidade* (que recompõe as relações do grupo social, seus temas, etc.) e o de *saturação* (que dá o limite da amostra a partir do esgotamento por repetição de discursos e temas).

As entrevistas semi-dirigidas permitiram uma cartografia centrada nos seguintes traçados: 1) do sistema classificatório operado para enquadrar às crianças e que se transforma em senso comum da instituição; 2) da percepção da instituição sobre as causas do fenómeno crianças em situação de rua; 3) das perspectivas de intervenção da instituição; 4) da percepção da instituição-alvo sobre o modo de operar das demais instituições; 5) das possibilidades de ajustamento de acções entre instituições.

Cartografia é aqui entendida como a técnica de reconstituição do traçado pelo qual o ambiente de rua se acopla aos sistemas institucionais. A tese mais geral dessa secção é o de que em larga medida os sistemas económicos, repressivos, de saúde e educacional não se comunicam com o ambiente de rua, enquanto mundo da vida conformado pelas crianças,

mas a rua subsiste como circuito que observa e suga os detritos desses sistemas.

Demonstraremos que há uma ausência de comunicações entre os sistemas e o ambiente de rua e entre dos próprios sistemas entre si.

Na ausência de comunicação, tudo o que se troca entre esses sistemas e o ambiente de rua é a energia precária (moedas, restos de comida e roupa, lixo) que permite a cultura de rua subsistir e o imenso manancial de legitimidade, notoriedade, reconhecimento social que a rua fornece às instituições que vivem da problematização da presença de crianças nesses circuitos. O carácter estruturalmente perverso da relação entre a rua e os sistemas (sobretudo o económico) é que em suas franjas marginais a energia sugada da rua é maior do que aquela repassada pelo sistema. O turismo em Mindelo e Sal tende a ser em alguma medida alimentado pela exposição física (sexual) das crianças de rua. Alguns estabelecimentos comerciais no intuito de atraírem turismo cedem aos caprichos de alguns turistas compactuando, contribuindo/estimulando em larga medida a exploração sexual de adolescentes sob a mediação de crianças de rua, e a não assunção das *respostas/praticas/hábitos* pelo facto da sua não formalização/institucionalização, destituindo-se assim de responsabilidades.

A mediação exercida entre o ambiente de rua e o sistema económico pelo sistema judiciário e fiscal/repressivo, faz parecer como se fossem os agentes **de rua** (crianças e marginais adultos) que estivessem a subsistir do assalto aos bens dos agentes económicos que traficam pela rua (o assalto das crianças aos estabelecimentos comerciais e aos passantes de classe média ou a mendicantes junto aos turistas). Na verdade um nicho económico pode estar a se acoplar de forma perversa aos corpos dos expostos à rua.

O que está aqui em jogo é a substituição dessa troca perversa de energias por um tipo de comunicação que incorpore o ambiente de rua nos sistemas a ponto de dissolver a rua como lugar de uma infância marginalizada. Para isso a mediação dos sistemas repressivos precisa ser substituída por uma mediação dialógica e pedagógica: a dos educadores de rua.

As instituições cujos representantes foram entrevistados possuem muitas diferenças entre si. A dinâmica da relação entre a instituição e as crianças ilustra que cada instituição é um ponto de um circuito que envolve a criança em situação de rua. Na medida em que não existe uma articulação entre essas instituições no sentido de conformarem uma rede, cada instituição funciona como uma reacção sistémica isolada. Cada instituição tem uma lógica

própria de transformação do ruído que o ambiente das crianças de rua produz em informações visando o controle social. Por exemplo, desde a óptica do crime e da protecção ao património, a lógica de actuação do /sistema repressivo, tem sido o da criminalização do menor em conflito com a lei e o efeito perverso dessa lógica de actuação tende a ser o fortalecimento das tendências de transformação da criança em situação de rua em infractor. Não por acaso este o sistema menos apreciado pelas crianças em situação de rua. Perguntados, de um a vinte, que notas dariam aos serviços dispostos na tabela 20, as notas médias revelam uma menor apreciação dos serviços da Polícia de Ordem Pública e da Polícia Judiciária.

TABELA 20 – Notas médias dos serviços

	Geral	Praia	Outros concelhos
Escola	17,5	17,6	17,3
ICM	16,8	16,6	17,0
Saúde (hospitais, postos de saúde)	15,5	15,5	15,6
Polícia judiciária	13,3	13,1	13,6
Polícia da ordem pública	12,3	12,5	12,1

Fonte: Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde, Março 2005.

Não muito bem apreciado, é também o sistema de saúde que não chega a processar de forma institucional o ruído provocado pelo ambiente das crianças em situação de rua. Enquanto o processo de exposição das crianças ao risco das infecções sexualmente transmissíveis não emergir na forma de uma irritação sistémica de grande envergadura, a assimilação do fenómeno da rua como ambiente interno a esse sistema só poderá se dar sob provocação de uma coordenação que visualize o conjunto das instituições em contacto com a problemática e vise racionalização dessas múltiplas relações. Isto é, só sob uma coordenação liderada pelo Instituto Cabo-Verdeano de Menores (ICM), o sistema de saúde responderia a altura dos desafios que a situação de rua expõe.

O sistema educacional tende a dar respostas institucionais/formais, que não vão ao encontro

a lógica do sistema educativo informal de rua, e das necessidades e interesses específicos do grupo em questão remetendo-os para fora de sua lógica (institucional/formal) relegando a possibilidade de contemplar uma educação de rua integradora e socializante, para a produção de uma inconsciência sistémica involuntária de segregação e exclusão, que tende, na mesma lógica do sistema repressivo, encarar a criança em situação de rua como uma perturbação sistémica. Sob tal lógica, o sistema educacional tende a não se auto-observar nos detritos que produz, involuntária e inconsciente. Com as actuais disposições institucionais é improvável a comunicação entre esse sistema e esse seu ambiente externo que é a situação de rua, portanto é improvável o processamento de informações sistémicas sobre o ambiente de rua. As notas atribuídas pelas crianças expressam antes de mais o desejo de escola e o assumir do discurso institucional culpabilizante com relação às razões da saída do sistema.

A especialização funcional do Instituto Cabo-Verdeano de Menores, assim como a de algumas instituições da sociedade civil como a “Operação Carinho”, os “Irmãos Unidos” e a Associação de Capoeira Liberdade de Expressão, permite a incorporação da rua como ambiente interno ao sistema institucional, portanto a constituição da Educação de Rua como espaço de comunicação com a criança de rua. Porém na indisponibilidade de uma coordenação geral da actuação de cada uma dessas instituições, cada sistema funciona como um ponto cego em relação a sua própria actuação e só visualiza as demais sob a perspectiva da polémica, da concorrência e da desconfiança. Nessas circunstâncias é improvável a comunicação entre diferentes instituições e a possibilidade de acumulo na rede. A esfera pública de actuação junto ao ambiente marginalizado das crianças em situação de rua é enfraquecida e largas dimensões de suas possibilidades comunicativas estão privatizadas.

Faz-se necessário uma educação do ambiente “selvagem” das instituições de contacto com as crianças e adolescentes em situação de rua, antes da consolidação de um sistema de educação de rua propriamente dito. Os processos de troca de injúrias e culpabilizações mútuas estão baseados em perspectivas unilaterais que só podem ser superadas pela busca de razões sociológicas que façam cruzar as múltiplas razões particulares. Essa é uma das dimensões da razão de ser desta pesquisa.

É necessário encontrar as razões sociais do bloqueio das iniciativas como a da Educação de

rua em São Vicente e na Praia nos anos noventa, e a proposta recente de criação de uma rede de acolhimento das crianças de rua em Mindelo. A análise sociológica deve indicar os caminhos da desculpabilização dos agentes privados e do encaminhamento do processo de constituição de um espaço público de interações entre instituições que possa ser efectivamente um ambiente domesticado para um processo de integração efectivo das crianças de rua.

As razões do bloqueio residem numa dinâmica de desconfiança em relação ao espaço público, em um desinvestimento sistemático nas redes sociais e numa busca de privatização imediata dos lucros do acumulo de prestígio e informações que possam implicar na autoridade sobre a problemática, o que na linguagem nativa mais recente é chamada de “luta pelo protagonismo”.

A privatização dos interesses públicos em questão interfere no processo de reinserção das crianças em situação de rua. A improvável comunicação entre os procedimentos institucionais dos Centros de Acolhimento e o mundo da vida das crianças, em lugar da comunicação, apenas produz ruídos que irritam o mundo da vida das crianças a correlação de força se instala no lugar do diálogo. Quebram-se as estruturas das instalações, subverte-se o funcionamento dos equipamentos sociais, a rua invade a instituição. Relata-nos o detento sobre um momento de apropriação de um dos equipamentos de acolhimento de Mindelo por um grupo de crianças em situação de rua:

*Mostramos que esse local era nosso (...) Tivemos de arrebentar a porta. Eu e mais outros colegas mais pequenos do que nós. Ficávamos a meter a nossa ganzá (drogas), fazíamos as nossas comidas lá, num quintal. Ficamos a dormir ali.*

#### *Praia: a fragilidade de uma esfera pública*

O fenómeno das crianças em situação de rua cresceu explosivamente em complexidade e em suas dimensões objectivas nos últimos anos, sem que tivesse tido repercussão da mesma magnitude na esfera pública, embora o seu crescimento

numérico/quantitativo ser pouco relevante para esse fenómeno.

A fragilidade da problemática das crianças de rua na capital deve-se a inexistência de actores sociais colectivos nativos da sociedade civil e com uma sensibilidade constituída pela incorporação dos ruídos da rua como ambiente de seu mundo de vida.

Outras Organizações Não-governamentais e Associações de base cujas bases são os bairros de recrutamento das crianças em situação de rua podem vir a ser fundamentais no processo de consolidação de uma esfera pública em torno da problemática da rua. Menciona-se algumas de entre várias, a Associação para o Desenvolvimento de Achada Eugénio Lima, a Associação dos Amigos de Ponta Belém, Associação para o Desenvolvimento da Praia, “Fundação Nós Tchada”, Associação Comunitária Desenvolvimento Lém Cachorro – ACDL Espaço Solidário e Associação Comunitária para Desenvolvimento de Calabaceira etc.

Essas organizações da sociedade civil podem funcionar como mediadoras são os construtores dessa esfera de acção que Habermas (1984) chama de esfera pública, os actores que abrem as fronteiras novas simultaneamente para o debate público e para as agendas estatais de políticas públicas. Entre a dimensão existencial das vidas privadas (das crianças em situação de rua e dos adultos em interacção com elas) e a dimensão pública das arenas sensíveis aos novos problemas privados se situam os mediadores, actores capazes de amplificarem, codificarem e de traduzirem em linguagem especializada os problemas existenciais comuns.

Todos os actores sociais exercem em alguma medida acções de mediação nesse sentido da amplificação, tradução e participação na codificação de problemas existenciais comuns. Alguns actores sociais dispõem de características sociais que facultam o investimento e acumulo de recursos para e em actividades especializadas de tradução. A imaginação sociológica colocada em acção numa sociologia das arenas locais visa explicitar as condições sociais de possibilidade de uma intensificação das actividades de mediação. Esse é o exercício que experimentamos aqui.

Como não existe uma esfera pública delimitada em torno da problemática das crianças e adolescentes em situação de rua, toda a iniciativa no sentido da formulação e controle dos contornos do problema social da criança em situação de rua foi assumida pelo Estado na metade da década de noventa sob a iniciativa do ICM (Instituto Cabo-Verdeano de

Menores). Sem raízes na sociedade civil, no fim da década, o desmantelamento da proposta de educação de rua, recém-esboçada, não recebeu nenhum ónus eleitoral, nenhuma desaprovação pública, passou inteiramente despercebida.

Só a emergência de actores da sociedade civil pode garantir na capital a continuidade do tratamento racionalizado da problemática de forma dialógica. Partimos aqui das premissas de Habermas de que apenas uma racionalidade que emane do diálogo entre parceiros nativos da sociedade civil e agências do Estado, pode garantir que a racionalidade estratégica do sistema político não invada e colonize o mundo da vida, instrumentalizando a problemática da rua em função das urgências das estratégias políticas.

### *Mindelo: esfera pública bloqueada*

Em Mindelo se constituiu efectivamente um circuito, envolvendo a sociedade civil, com pretensões de protecção às crianças de rua e existe uma estrutura de equipamentos que vão desde um centro de acolhimento nocturno recente, estruturas de acolhimento diurno (Irmãos Unidos, Operação Carinho) e um centro de acolhimento institucional fechado (Nho Djunga). Ainda assim essa estrutura não funciona de modo satisfatório (inclusive para a percepção dos próprios actores envolvidos) com relação a algo em torno de trinta crianças de rua e pouco mais de uma centena de crianças na rua.

Numa dinâmica eficiente de atendimento, cada instituição deve ser um ponto de um circuito institucional que se acopla aos circuitos de rua de modo a oferecer uma alternativa sólida a cada dimensão que pareça atraente à criança em seu “estar na rua”.

Dentre os obstáculos mais prementes a constituição desse circuito de acolhimento integral a criança em situação de rua destaca-se falta de confiança generalizada no espaço público gerado por essas instituições. A ausência de uma coordenação representativa do conjunto das instituições produz o fechamento de cada iniciativa em si mesma e a especialização em metodologias de acolhimento que insistentemente produzem o público que precisam para a continuidade do reconhecimento e prestígio (precário) de suas actuações. Funcionando isoladamente, nenhuma das instituições atinge o objectivo final de erradicar o fenómeno devolvendo as crianças **de rua** às suas famílias.

A consolidação do investimento na esfera pública constituída por essas sete instituições (ICM, Câmara Municipal, Centro Nho Djunga, Irmãos Unidos, Operação Carinho, Associação de Capoeira Liberdade de Expressão e a Associação pelos Direitos das Crianças e da Família em Cabo Verde) geraria um incremento de reflectividade e um retorno acrescido dos investimentos em confiança e informação para todos os envolvidos. O incremento de reflectividade na esfera pública tem como correlato a ampliação do capital social dos parceiros e da rede como um todo, portanto um aumento da eficiência do processo de controle social do fenómeno. Para isso, é necessário que o investimento em termos de notoriedade seja convertido no fortalecimento da rede social. É necessário que haja estímulo ao investimento de actores da sociedade civil na rede. A vontade de transformação da acção em capital de notoriedade não é um obstáculo à consolidação do circuito, pelo contrário pode ser um estímulo, desde que haja uma esfera pública de explicitação das autorias das iniciativas de forma transparente. O estímulo é o correlato do grau de confiança de que podem ser convertidos em capital de notoriedade, os investimentos de cada actor particular em termos de informação e acções.

De um lado, há a acusação de uma carência de recursos humanos e financeiros nas delegações do ICM, de tal forma que essas estruturas locais tenham capacidade suficiente para liderar o processo de articulação entre as instituições. De outro, se acusa o carácter precipitado da acção da Câmara Municipal em busca de visibilidade. Somente uma metodologia de trabalho baseada nos princípios da democracia, da solidariedade e no respeito à diversidade pode criar um Programa vivo e em constante processo de qualificação.

A defesa da autonomia das estruturas da sociedade civil na definição de suas metodologias e espaços de actuação não impede a articulação e a constituição de uma coordenação que seja um espaço de racionalização dialógica da actuação do circuito como um todo.

Já há uma percepção dos actores mais envolvidos na problemática da necessidade de uma articulação permanente e efectiva. O maior obstáculo à consolidação dessa rede é a fragilidade do sector público em assumir a direcção do processo de consolidação do circuito de instituições públicas e da sociedade civil. Os agentes de instituições públicas ou tendem a se abster da direcção do processo de investimento na rede ou isolam suas iniciativas como se pudessem ser apenas parte de um processo de especialização funcional.

(Corte no paragrafo)

A articulação entre as instituições e os pontos do circuito de acolhimento implica em que cada ponto do circuito seja capaz de encaminhar a criança para o espaço de acolhimento mais adequado conforme o caso. O objectivo final de encaminhamento da criança à família não pode ser descurado. Pelo contrário, precisa ser planeado de forma clínica, caso a caso, ao lado de uma intervenção nas causas estruturais.

O modo actual de actuação das instituições de Mindelo tende a cronificação da situação de rua. O processo de nomeação pública da problemática, de designação, rotualção das crianças e a assistência não planejada, consolida a existência de um modo de ser (de rua) e as acções visando o alívio das precariedades da rua, tende a tornar atraente a permanência nesse estado.

Actualmente as crianças e adolescentes de rua vêm circulando entre as instituições e esse modo de utilização dos equipamentos tende a ser o único ponto de contacto entre as instituições. A racionalidade da articulação entre as instituições é dada pelas estratégias da criança visando permanecer na rua, em lugar de ser a das instituições visando erradicar o fenómeno. Sem estratégias articuladas visando o objectivo final, as acções institucionais são estritamente assistencialistas, respondem as necessidades imediatas sem preocupação com o investimento reflexivo na indução de mudanças substantivas.

*Sal: um pequeno modelo*

Em 1999 surgiu a partir da delegação do ICM do Sal a ideia da construção de um centro de acolhimento de crianças em situação de risco. A ideia foi concretizada em 2003, graças a um trabalho do governo de Cabo Verde e da cooperação do governo português.

A parceria da Câmara Municipal do Sal se agregou ao projecto e mais tarde a da associação de Tchã de Matias que veio a tornar-se a gestora do projecto. A associação cedeu o principal espaço físico – o centro associativo – prédio que modulado para fins desportivos, teve de ser repensado para os fins de acolhimento à crianças em situação de

risco.

No prédio da Associação, inaugurado em 2002, vinha se desenvolvendo actividades pontuais, dentre as quais reuniões de informação e sensibilização da comunidade (nomeadamente as dirigidas pelo ICM). A partir de Abril de 2004 o prédio passa a acolher as crianças da redondeza em situação de maior vulnerabilidade. Na sensibilidade dos promotores do projecto estava em jogo o grande número de crianças que iam para Santa Maria atrás dos turistas. Foi feito um levantamento das crianças em situação de risco, pelo que se avaliou que havia cerca de quarenta em estado de maior vulnerabilidade. Mas o projecto não poderia atingir a diversidade das circunstâncias das crianças em risco, foi necessário tipificar e fazer uma selecção das crianças que podiam ser melhor atendidas pelo perfil dos recursos disponíveis: aquelas que têm problemas de atraso escolar, problemas familiares, problemas de maus-tratos e de abandono (não só o abandono físico “mas também aquelas circunstâncias em que as crianças estão em casa e os pais não se dão conta da presença delas”).

Dentre as crianças em situação de rua, aquelas que podem ser caracterizadas como sendo propriamente de rua escapam ao escopo da estrutura montada. Elas podem até ser enquadradas em alguma actividade pontual, mas não poderiam permanecer durante o dia na instituição tal como constituída até aqui. O desafio maior que se coloca ao ICM, aos organismos não governamentais e ao governo municipal é o de criar estruturas que atendam à especificidade das circunstâncias das crianças de rua.

Apesar da restrição do perfil atendido, o projecto concebido para atender quarenta crianças comporta actualmente sessenta e três, de ambos os sexos. São crianças que na sua maioria provavelmente estariam hoje na rua, não fosse a existência do projecto. Se nem todas estariam na rua, certamente todas estariam correndo algum tipo de grave risco.

Numa esfera pública com dimensões da sociedade civil, do governo municipal (embora actualmente não actuante) e da Delegação do ICM se construiu, sobretudo um capital de confiança que circula por uma rede de instituições, o que possibilita perspectivar novos investimentos na erradicação da problemática da infância em situação de rua.

O quadro esboçado acima como peculiaridade da ilha do Sal permite avaliar os efeitos da concentração despersonalizada de esforços e interesses sobre um tema público

– a problemática das crianças em situação de risco. Que condições sociais asseguram a constituição de uma rede dotada de tais características?

Ao contrário do que se poderia imaginar, não é a anulação dos interesses pessoais por questões públicas o que assegura uma rede cumulativa de integração de esforços e capitais (sobretudo, social e de confiança). É uma transparência nos investimentos (emocionais e em esforços físicos, intelectuais, financeiros) em circuitos públicos de circulação de capitais (económicos, sociais, políticos) o que pode tornar pouco lucrativo a privatização de recursos. Uma das condições sociológicas mais fundamentais de tal publicitação da circulação de recursos é a recorrência. As mesmas instituições insistiram e persistiram diante da ausência de recursos até conformarem vínculos identitários com um mesmo espaço público, espaço esse constituído na e pela recorrência. Confirma-se uma vez mais que a principal modalidade de capital social em jogo na erradicação de graves problemas sociais é o da identidade dos actores com a problemática em jogo, o que gera confiança, permite a recorrência persistente que cria um espaço efectivamente público.

## 9- Recomendações

Diante da nova realidade da propagação intensa do consumo de entorpecentes, as respostas já experimentadas até aqui visando o controle do fenómeno das crianças em situação de rua revelam-se insuficientes, quando não inteiramente inadequadas.

Neste estudo, chegamos a resultados demonstrativos de que um segmento importante de nossas crianças não vem sendo acolhido em suas famílias e já se desfez a rede da comunidade de adultos que zelavam coletivamente por suas crianças. Rompendo com essas fronteiras de protecção, essas crianças e adolescentes deparam-se com uma realidade extremamente dura de violência, abuso sexual, precariedade de toda a ordem. Entre as estratégias de sobrevivência, essas crianças tendem cada vez mais a eleger o consumo de entorpecentes como meio de iludir a degradação que se lhes impõe a situação de rua.

1) Uma das primeiras recomendações desse estudo é, pois, a criação de um Programa de atenção integral a crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas. Seria importante que a constituição desse programa se desse num quadro alternativo de saúde pública que escapasse aos modelos moral/criminal dominantes. Em lugar da relação de poder que estigmatiza, exige respostas imediatas segundo o padrão daquele que administra o serviço, gerando mais ansiedade, sugerimos um movimento dialógico que dê voz às pessoas que são tratadas, enfatizando uma ampla variedade de procedimentos para compreender e reduzir o comportamento aditivo.

2) De modo mais geral, impõe-se que se consolide uma metodologia de atendimento integral às crianças e adolescentes em situação de rua. Tal metodologia deve ter como sustentáculo uma rede de articulação intersetorial envolvendo instâncias governamentais

das áreas da Educação, da Assistência Social, da Promoção do Trabalho e Emprego, da Saúde, da Cultura e dos Desportos.

As crianças e adolescentes em situação de rua precisam de uma rede de acolhimento alternativa à rua que sejam espaços educativos em que possam experimentar as dimensões existenciais do cuidado e do projecto, duas dimensões que a falsa autonomia de rua não permite.

Os espaços sociais de atendimento às crianças em situação de rua devem ser pensados como **infra-estruturas do cuidado de si**. Por estruturas do cuidado entenda-se um espaço social de lazer escolástico em que, suspensas as urgências matéricas da sobrevivência de rua, as crianças podem se dar ao luxo da simulação pedagógica e da projeção de si em exercícios de colonização do futuro.

É necessário que a infra-estrutura do cuidado preveja o fato de que se está lidando com seres sexuados e que com frequência já iniciaram sua vida sexual. Em lugar de tentar castrar essa vida sexual ativa, é necessário que a estrutura do cuidado abra espaço para a organização dessa vida e que o desejo seja um estimulante para o cuidado de si.

3) O primeiro passo para a criação de uma estrutura de acolhimento integral à criança em situação de rua deve ser a constituição de uma equipe inter-sectorial voltada para o processo de enfrentamento das questões de rua em suas múltiplas dimensões. A consolidação desse programa de atendimento integral só pode se dar através de um processo intenso de negociações envolvendo governo e sociedade civil. As duas partes precisam ser plenamente convencidas de que esse é um dos mais delicados e exigentes desafios que a sociedade cabo-verdiana enfrenta, pois a situação de rua é o lugar de confluência de todos os desajustes e desequilíbrios gerados pela desigualdade social e o subdesenvolvimento. Mais ainda, é nesse espaço de relações sociais que de forma mais imediata os confrontos gerados pela desigualdade social se potencializam e se expressam na forma da violência e da degradação do tecido social às mais selvagens.

4) É necessário que se aproveitem as iniciativas locais já esboçadas experimentadas, quer porque isso valoriza seus propositores, peças fundamentais de qualquer processo descentralizado de busca de soluções sustentáveis, quer pelo fato de que é a partir de um

processo de experimentações e superações que as alternativas mais adequadas podem emergir. Essas iniciativas precisam ser potencializadas por uma articulação em circuito e uma coordenação (representantes da sociedade civil organizada em torno da problemática e do Governo) que pense e visualize o conjunto das acções desencadeadas.

5) A educação de rua é a peça angular do processo de devolução das crianças e adolescentes às suas famílias e comunidades. É necessário que se crie um corpo de educadores de rua capacitados e inseridos numa carreira profissional estimulada e voltada para o aperfeiçoamento contínuo.

A acção dos educadores de rua não pode correr o risco de apenas fixar as crianças na rua. Do trabalho do educador não se espera apenas que torne a rua um espaço de liberdade, mais agradável e menos doloroso para aquelas crianças que para aí são jogadas. As actividades propostas nas ruas, sua periodicidade, ludicidade e prazer precisam estar projetadas com vistas à devolução das crianças às suas famílias.

6) A acção dos educadores de rua só será eficiente se tiver uma retaguarda institucional que garanta o atendimento adequado, o acolhimento da criança, o trabalho assistencial com a família e um processo de inserção escolar e/ou profissional das crianças e adolescentes em situação de rua. A alteração da situação de rua deve ser entendida como um processo em três grandes etapas: 1) do contato de rua estabelecido através do educador, 2) a entrada num dos pontos da rede acolhimento (serviço de acolhimento noturno, espaços de tratamento, projectos de formação profissional), 3) a devolução da criança à família / comunidade.

Nesse sentido devem-se aproveitar as estruturas institucionais existentes para se desenvolver e qualificar uma rede articulada de atendimento que passa pela constituição e consolidação de Casas de Acolhimento, Abrigos e Espaços de Tratamento da dependência de drogas.

A consolidação da rede de atendimento precisa ser dar no interior de uma lógica de articulação e interfaces entre instituições governamentais e não-governamentais.

7) É necessário que existam processos de educação profissionalizantes inseridos em

projectos sérios, alicerces a partir dos quais os adolescentes podem edificar um projecto de vida alternativo a situação de “estar jogado à rua”. Os agentes de iniciativas económicas privadas precisam ser convencidos de que é mais económico apoiar a profissionalização das crianças de rua do que criar estruturas de segurança cada vez mais elaboradas e custosas (ou a simples eliminação física dessas crianças das ruas). Mas a iniciativa e o financiamento principal desse empreendimento são de responsabilidade do Estado Cabo-verdiano.

8) Casas de acolhimento em que 4 a 7 crianças, sob o acompanhamento de um educador, possam reconstituir a estrutura de um lar, são recomendadas em determinadas circunstâncias: que os adolescentes envolvidos estejam inseridos em projectos profissionalizantes com boas perspectivas de inserção profissional; que o sentido do cuidado e do projecto estejam suficientemente desenvolvidos para que a casa seja inserida num projecto de auto-sustentabilidade.

9) Crianças não devem estar em pontos de contato, estabelecendo interações sistemáticas e pessoais com turistas. Trata-se de uma questão de segurança nacional que, em tempos de SIDA, as crianças sejam protegidas do contacto pessoal e indiscriminado com turistas. O contacto com turistas, quando inserido em projectos profissionalizantes, precisam estar mediados por estruturas que garantam a impessoalidade das relações estabelecidas com as crianças em resgate da rua.

O sistema de segurança sobre os portos e aeroportos do país precisa estar particularmente vigilante em relação à circulação de crianças por esses espaços.

Nesse mesmo sentido, o sistema de investigação e repressão da criminalidade precisa se atentar de forma mais incisiva para as dimensões do envolvimento de adolescentes no tráfico de entorpecentes e na exploração sexual.

10) Duas dimensões da sociedade cabo-verdiana precisam ser particularmente chamadas à responsabilização pelo fenómeno das crianças em situação de rua: as instâncias governamentais em sua missão primordial de redução da pobreza e da desigualdade social, e a paternidade. Em segundo lugar é necessário que de forma eficaz se combata em Cabo

Verde a cultura da paternidade irresponsável. Impõe-se que ajam políticas eficientes na correção à forma como a desigualdade de gênero estimula e é incrementada por via da negligência masculina quanto a paternidade. Essas duas dimensões, do combate à pobreza e da desigualdade de gênero, podem ser vinculadas através de políticas de ação afirmativa (prioridade no acesso à empregos públicos, incentivos a empresas que contratam mães chefes de família em maior número, prioridade no acesso à bolsas de estudos e programas de geração de rendimentos) em relação às mães chefes de família.

Além dessa dimensão de política de combate à pobreza, políticas culturais (a promoção de debates públicos, programas televisivos, etc.) visando a consolidação de agenciamentos de subjetivação endereçados a reconstituição da honra masculina, na forma da responsabilização pela prole, devem ser experimentados visando a equidade de gênero no que tange aos encargos educativos.

11) Paralelamente às ações psico-pedagógicas é importante que formas de subsídios econômicos às famílias mais empobrecidas e com crianças em situação de rua, estimule-as a receberem de novo e de forma adequada as suas crianças. Projetos de subsídios às famílias pobres que mantêm suas crianças nas escolas é um outro critério de transferência de rendas em um enquadramento da situação de rua como uma questão de dívida social derivada fundamentalmente da crescente desigualdade social.

Se nesta nação, enquanto cidadãos, enquanto sociedade civil, enquanto Estado, admitíssemos que um contingente de nossas crianças continuasse a dormir ao relento no telhado do parque 5 de julho, em buracos das cavernas do paredão da Achada Grande, sob os botes das praias de Mindelo sem que nada fizéssemos, estaríamos nos encaminhando para um futuro errado.

Uma nação é um espaço de relações sociais em que as pessoas são sujeitos de direitos. Quando os direitos de um segmento de cidadãos estão sendo sistematicamente violados temos uma situação de dívida social da nação para com esse segmento. Conseqüentemente a cidadania de todos os outros está ferida pela dívida. Dívidas sociais se paga com o engajamento sistemático do Estado e da sociedade civil.



### ***Bibliografia de referência:***

BLANC, Cristina S.(org.). Urban Children in Distress. Florence: Unicef, 1994.

CARVALHO, Maria Avelina de. Tô vivu: histórias dos meninos de rua, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Centro Editorial e Gráfico, 1991.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

GIDDENS, Anthony. As Conseqüências da Modernidade, Oeiras, Celta,1992.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e Identidade Pessoal, Oeiras, Celta, 1994.

GIDDENS, Anthony, Transformações da Intimidade – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas, Oeiras, Celta, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE). Inquérito às Despesas e Receitas familiares (IDRF).Praia, 2002.

LESCHER, Auro [et alli]. Cartografia de uma rede: reflexões sobre um mapeamento da circulação de crianças e adolescentes em situação de rua da cidade de São Paulo. São Paulo: UNISFESP, 1998.

MACHADO, Rosa Helena. Vozes e silêncios de meninos de rua: o que os meninos de rua pensam sobre as nossas instituições. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MALTA, Claudia (org.). Crianças e adolescentes de/nas ruas em Maceió. Maceió:Universidade Federal de Alagoas, Relatório de Pesquisa, 1994.

MARQUES, Camila da Costa (Coordenação). Menores de rua. Relatório de pesquisa. São Paulo: IBASE, 1993.

MEDEIROS, M. Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua. [tese]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP; 1998.

MELLO, Almeri Bezerra de.Viver e dormir nas ruas de Recife. Recife: Ciela, Relatório de Pesquisa, 1993.

OLIVEIRA, Cleide de Fátima. Se essa rua fosse minha: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife. Recife: Fundação Nabuco; UNICEF, 1989.

PAICA-Rua (Org.).Meninos e meninas em situação de rua: políticas integradas para a garantia de direitos. São Paulo: Cortez; Unicef, 2002.

PELIANO, Anna Maria (Coord.) O mapa da criança: A indigência entre as crianças e os adolescentes. Brasília: SBS, 1993.

Ribeiro, Moneda Oliveira. A rua: um acolhimento falaz às crianças que nela vivem. Rev. Latino-Am. Enfermagem v.11 n.5 Ribeirão Preto set./out. 2003.

ROSEMBERG, Flúvia. Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. Cad. Pesq., São Paulo, n. 91, p., 30-45, nov. 1994.

SANTOS e SILVA, Aline ; REPPOLD, Caroline Tozzi ; LONGO DOS SANTOS, Clarisse ; TELLES PRADÉ, Luciano ; SILVA, Milena Rosa ; ALVES, Paola Biasoli ; KOLLER, Sílvia Helena. "Crianças em situação de rua de Porto Alegre: um estudo descritivo", Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 1, No. 3, 1998.

Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (Org.). Crianças e Adolescentes de Rua. Porto Alegre. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2000.

SOUSA, Sônia M. Gomes (org.). Infância, adolescência e família. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

VASCONCELOS, Ana. Meninas de Rua do Recife: Dimensão, Trajetória e Sobrevivência. Recife: CBCA, 1992.